

1. INTRODUÇÃO

As configurações contemporâneas de relacionamentos entre homens e mulheres têm sido alvo de inúmeros estudos que buscam uma maior compreensão acerca do casamento, da separação e de seus desdobramentos posteriores. Observamos também, que as transformações sociais ocorridas ultimamente têm feito com que pesquisadores das mais diversas áreas se debrucem sobre os temas que circunscrevem a instituição familiar, visto que ela parece criar novas formas de interação entre os seus componentes.

A família, atualmente, apresenta-se multiforme e bem mais complexa do que a família nuclear, na qual pais, mães e filhos conviviam sob o mesmo teto. Essa organização familiar surgida na Revolução Industrial certamente mantém-se até os dias de hoje. Porém, em meio a novas demandas e concepções de relacionamentos, a família nuclear convive simultaneamente com outros tipos de famílias. Entre outras, as famílias recasadas - um ou ambos os cônjuges, após a separação, casam-se novamente e constituem uma nova família e, as famílias monoparentais - os filhos são criados pelo pai ou pela mãe.

Embora muitos pensem que a família esteja com seus dias contados, ela parece estar reinventando-se, reconstruindo-se para abarcar essas transformações e, ao mesmo tempo, criando novas formas de relacionamentos afetivos. Imersa em uma multiplicidade de configurações familiares, não podemos nos esquecer da importância exercida pelo contexto social, político, econômico, psicológico e cultural no qual estamos inseridos para com isso vislumbrarmos a família despidos de preconceitos, permitindo que os processos de adaptação e acomodação ocorram da melhor maneira possível.

Esses novos modelos de configuração familiar sugerem uma redefinição no que diz respeito aos papéis exercidos pelos membros destes novos núcleos,

assim como a interação entre eles, possibilitando uma maior compreensão no que tange à intensidade dos sentimentos envolvidos. A separação e o recasamento dos pais, geralmente, traz exclusão e inclusão de novos membros que se envolvem na criação dos filhos. Com isso, faz-se necessário refletirmos sobre novos processos de comunicação familiar.

Algumas mudanças bastante significativas ocorreram a partir de meados do século XX e, daí em diante, a família nunca mais seria a mesma, pelo menos, não como estávamos acostumados a ver nos filmes e nos seriados americanos do tipo “*I Love Lucy*” (programa exibido nos Estados Unidos da América durante a década de 50 que enaltecia os valores morais do núcleo familiar).

Em primeiro lugar, podemos citar a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, acompanhada pelo movimento feminista e pelo advento de métodos anticoncepcionais, que trouxeram o fim da supremacia masculina no domínio do espaço público. Com isso, surge, de acordo com Muraro (1994), uma *Revolução das Mentalidades*, que balança estruturas extremamente solidificadas e internalizadas, tanto para os homens quanto para as mulheres.

A emancipação feminina trouxe uma série de mudanças, deflagrando inúmeras questões e críticas referentes ao comportamento dos homens. As diversas funções exercidas pelas mulheres configuraram um outro tipo de maternidade, que, por sua vez, implicou na revisão da paternidade. No Brasil, os números divulgados pelo *Anuário Estatístico Brasileiro* editado pelo IBGE em 1996 e, posteriormente, apresentados em uma reportagem da revista *Veja* de 1997, afirmam que, hoje em dia, mais de 18 milhões de brasileiras acumulam os serviços domésticos com um trabalho regular fora de casa. Isso lhes rouba cerca de 20 horas semanais que antes eram dispendidas nos cuidados com os filhos e com a casa. A mesma reportagem apontou uma média de duas horas diárias de contato entre a mãe e sua prole. Divididas entre a criação dos filhos e o desenvolvimento profissional, as mulheres, muitas vezes sentem-se culpadas por não estar dando a atenção desejada às crianças.

A progressão do número de divórcios também modificou o tipo de convivência entre pais e filhos. Após a separação, os filhos ficam sob os cuidados maternos, na grande maioria das vezes, e visitam seus pais, de acordo com a disponibilidade daquela família. Notamos portanto que, além da importância em se estudar a família, hoje em dia nos deparamos com um crescente interesse na realização de estudos que abarquem o tema da paternidade e da identidade masculina.

Na origem do crescente número de separações, não podemos deixar de lado, além da emancipação feminina, aspectos como a exacerbação da individualidade, a grande idealização em torno do casamento e o contexto sócio-econômico em que estamos inseridos, responsáveis, a nosso ver, por boa parte das transformações ocorridas dentro do seio familiar.

A partir das novas composições familiares, observamos, muitas vezes, que as funções materna e paterna são exercidas pelos membros que protegem, cuidam, preocupam-se e colocam limites às crianças, independente de serem ou não seus pais biológicos. Com o recasamento, percebemos também o surgimento de uma paternidade social, na qual os vínculos criados entre adultos e crianças não são respaldados pelos laços sangüíneos, e sim pelos afetivos. O homem moderno depara-se com um grande desafio – construir e manter um relacionamento saudável com seus filhos após o divórcio e/ou acolher o(s) filho(s) de sua(s) futura(s) esposa(s).

A distância entre os pais e seus filhos, após a separação, sem dúvida alguma, é um fator que precisa ser considerado, juntamente com o contexto emocional, cultural e sócio-econômico da família, quando se pretende buscar um modelo paterno satisfatório para o desenvolvimento mais adequado das crianças. Desta forma, o vínculo entre pai e filho, assim como em qualquer relação, não nasce pronto, mas precisa ser construído para que ambos se sintam confiantes e participantes nessa engrenagem familiar. Já que o contato entre pais e filhos tende a diminuir, após o divórcio, tal fato não deve ser menosprezado. A distância entre eles talvez possa ser amenizada, através de uma vivência de

maior qualidade e envolvimento do pai nos aspectos relacionados à vida de seus filhos. Algumas pesquisas recentes, como as realizadas por Stewart (1999), Shapiro & Lambert (1999), King & Heard (1999), White & Gilbreth (2001), Eggebeen & Knoester (2001), entre muitos outros pesquisadores, mostram que, além da interação com a mãe, a proximidade do pai é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. O que conta é a participação efetiva. Pouco ajuda a figura do “pai de final de semana”, comportamento ainda muito comum entre os homens divorciados: o pai só aparece no sábado para levar os filhos ao shopping ou ao parque, não demonstrando envolvimento nas questões da criança e em sua rotina.

No âmbito afetivo, a qualidade parece prevalecer sobre a quantidade, porém, para que as funções paterna e materna possam ser exercidas, deve-se procurar manter uma continuidade, para que a história dos filhos, tanto com o pai quanto com a mãe, possa ser construída aos poucos. Além disso, mais do que estar sempre disponível aos filhos, fala-se muito na qualidade do tempo, quando se está com eles. Talvez o mais importante seja mostrar-se acessível para que a criança possa recorrer aos pais, nos momentos em que precisar de apoio, ou, simplesmente, para dividir suas descobertas sobre o universo, propiciando um relacionamento seguro e acolhedor.

Muitos aspectos entram em jogo, quando se lida com crianças: suas fantasias, sonhos, desejos, angústias, medos, expectativas, frustrações etc. Desta forma, este estudo se propõe a investigar as questões objetivas e subjetivas acerca da separação dos pais, enfocando a paternidade à distância, assim como o estabelecimento de vínculos afetivos entre pais e filhos, que não residem mais na mesma casa.

Quando se pensava no conceito de identidade masculina, provavelmente, até bem pouco tempo atrás, o que surgiria no imaginário popular seria a capacidade de prover a família, além de atributos como coragem, ambição, agressividade, determinação etc. Caso a reflexão incluísse o papel de pai, dentro desta mesma perspectiva tradicional, novamente constataríamos a sua posição de

provedor das necessidades materiais dos filhos, assim como um certo distanciamento no que diz respeito às questões afetivas relacionadas à família. Os atributos de outrora não são os únicos a prevalecer no universo masculino. Eles convivem com uma multiplicidade de novos comportamentos e desejos masculinos e femininos, que podem gerar conflitos e angústias para ambos os sexos.

A convivência entre antigos e novos modelos levanta questões bastante complexas que levam tanto os homens como as mulheres a uma situação que poderíamos chamar de crise. No entanto, Goldenberg (2000), ao invés de enfatizar essa crise, levanta a possibilidade que temos de discutir, refletir e debater aspectos referentes à masculinidade. Para a autora, vivemos um momento em que os homens são cada vez mais estimulados a manter um contato afetivo e acompanhar o crescimento de seus filhos. Dessa forma, o homem começa a poder ser pai de verdade, recusando o papel convencional ao qual estava acostumado.

A paternidade pode ser um caminho muito prazeroso para aqueles que pretendem aprender a lidar de uma forma saudável com os sentimentos. Ao criar um vínculo com os filhos, o pai aprende a exercitar diversas emoções, possibilitando um maior autoconhecimento. Essa “*paternidade responsável*” (Jablonski, 1999: 62) é fruto de uma participação contínua e de um investimento afetivo que dá segurança e respaldo emocional aos filhos.

Todavia, não parece ser nada fácil adaptar-se aos contínuos remanejamentos internos e externos. Ainda de acordo com Jablonski (1995), em seu artigo intitulado “A difícil extinção do boçalossauro”, o autor afirma que os homens de hoje vivem um estado de perplexidade e confusão com relação aos papéis que desempenham. Até bem pouco tempo atrás, os homens precisavam ser como John Wayne, famoso ator americano da década de 50, que fazia filmes de faroeste. Hoje em dia, eles precisam ser gentis, doces, carinhosos, além de conseguir falar sobre suas emoções e problemas, mas sem deixar o John Wayne de lado.

Essa figura do herói infalível parece ir, pouco a pouco, cedendo lugar e o homem começa a expressar seus anseios e fragilidades, sem perder a sua integridade masculina. A reportagem de capa da revista *Veja*, de 22 de agosto de 2001, sob o título “Os homens também choram” aborda o assunto. Ao descrever os estereótipos masculinos associados à força, coragem, frieza, agressividade e poder, percebe-se o surgimento de inúmeras angústias, quando essa imagem de super-herói não é devidamente correspondida.

O artigo enfatiza que os homens vivem menos do que as mulheres e que também adoecem mais. O sexo masculino lidera as estatísticas mundiais de suicídio, de envolvimento e abuso de álcool, além de estar mais propenso a mortes violentas. Talvez por não saber como pedir ajuda, além de uma certa inabilidade em lidar com as próprias emoções e vergonha de expressá-las, esses homens acabem sucumbindo com tantas exigências de desempenhar bem os papéis de provedores da família e de ser bem sucedidos no trabalho e com as mulheres em suas novas demandas. A reportagem supracitada cita exemplos de homens que aprenderam a desfrutar da vida em família e do convívio com os amigos, obtendo com isso uma grande fonte de prazer e felicidade. A saída para a crise pode acontecer, quando os homens deixarem de ser tão rígidos consigo mesmos, já que aceitar e reconhecer fragilidades também é uma forma de atenuar as angústias.

Como veremos ao longo do presente trabalho, os papéis exercidos por homens e mulheres vêm sofrendo inúmeras transformações: sejam elas mais subjetivas ou mais objetivas, estejam elas vinculadas à industrialização, à exacerbação da individualidade, à grande idealização em torno do casamento, à sociedade de consumo em que vivemos ou à emancipação feminina. Todos estes fatores contribuem para as novas aspirações, desejos e valores do homem contemporâneo. O que podemos notar é que estas mudanças, somadas a uma indefinição de papéis, fazem parte do comportamento e do discurso que adotamos em nosso dia a dia, e que convivem, na grande maioria das vezes, lado a lado, com antigos padrões de comportamento.

A partir destes novos arranjos, que convivem muitas vezes em conflito com os antigos padrões, surgiu a idéia de investigarmos a questão da paternidade à distância. Assim, este trabalho tem como objetivo estudar questões referentes à paternidade à distância, com o intuito de pensarmos em maneiras alternativas de lidar com o afastamento entre pais e filhos, propiciando, dessa maneira, uma compreensão mais aprofundada sobre o assunto. Para tal, faz-se necessário investigar o conjunto de crenças, de expectativas e de idealizações que circunscrevem a formação da família contemporânea. Para enriquecer nossa discussão acerca do tema, utilizamos uma perspectiva transdisciplinar – englobando as contribuições de psicólogos, antropólogos, sociólogos e historiadores – entre eles, Shoumatoff (1985), Bourdieu (1999), Willems (1953), Costa (1979), Foucault (1982, 1984), Ariès (1981), Da Matta (1986), Badinter (1985) etc. Partindo da observação de diferentes modelos familiares, gostaríamos de verificar de que forma é feita a inserção ou exclusão do pai biológico que não reside com seus filhos, após a separação. Como se constroem os vínculos entre pais e filhos, visto que a distância atenua o contato entre eles? Como ficam os filhos dentro da família contemporânea? Como o homem se inseriu neste novo contexto histórico-social? Com o ingresso da mulher no mercado de trabalho, qual foi a contribuição do pai na educação dos filhos e nos afazeres domésticos? Como fica o exercício da paternidade à distância? E quem exerce o papel de pai, servindo de modelo de identificação aos filhos, no caso da ausência paterna?

Com o intuito de enriquecer a presente discussão, tomamos a liberdade de inserir, na bibliografia pesquisada, artigos recentes de jornais e revistas conceituados que abordassem questões referentes à família brasileira. A mídia impressa nos parece um bom veículo de expressão das tendências e transformações de uma determinada cultura. Dessa forma, citaremos ao longo deste trabalho algumas pesquisas e artigos apresentados em jornais e revistas.

Parece existir uma grande ambivalência social e cultural no que diz respeito à paternidade. De um lado os pais são chamados a participar cada vez

mais da educação e do dia-a-dia de seus filhos, fazendo com que a criança se beneficie, ao relacionar-se com adultos de ambos os sexos. Por outro lado, o crescente número de divórcios acaba afastando os pais do convívio diário com sua prole.

Essa ambivalência já cria, por si mesma, um impasse a ser contornado: Como é possível estar junto e participar do cotidiano, quando os encontros entre pais e filhos se dão quase sempre, a cada quinze dias? Como o pai pode se fazer presente na vida de seus filhos, mesmo estando ausente fisicamente?

Além das expectativas que encontramos em nossa sociedade acerca das funções materna e paterna, outros aspectos devem ser levados em conta ao pensarmos na paternidade à distância. Podemos citar alguns exemplos, como as dificuldades emocionais vividas pela família após a separação, somadas a sentimentos negativos de culpa, frustração, medo da rejeição dos filhos, além de problemas com a ex-esposa e a perda do convívio diário com as crianças, que, muitas vezes, contribui para o afastamento entre pais e filhos.

O relacionamento entre o pai e a mãe, e entre o pai e seus filhos, envolve tanto questões sociais como outras subjetivas bastante complexas. Impossível seria simplificá-las, muito menos pensá-las de maneira puramente estatística ou objetiva. Cada relacionamento é único e irá estabelecer-se da maneira pela qual os indivíduos se estruturaram durante suas vidas, ou seja, a partir das experiências que tiveram com seus pais e mães, somadas às características hereditárias e ao meio-ambiente em que estão inseridos. Dessa forma, também vale ressaltar a importância da singularidade e da história de cada um, contextualizada, ao refletirmos sobre as novas possibilidades de interação entre as funções paterna e materna na contemporaneidade.

No próximo capítulo apresentaremos um breve recuo histórico, abarcando o trajeto percorrido pela família patriarcal até desembocar na família nuclear. No terceiro capítulo, abordaremos o casamento e a separação, ressaltando a construção e a dissolução da conjugalidade do casal. No quarto capítulo, os papéis masculino e feminino, serão mencionados pelo viés das

mudanças e permanências ocorridas, ao longo do tempo. No quinto capítulo, abarcaremos o tema da maternidade e da paternidade, priorizando a identidade masculina e as vicissitudes da paternidade nos dias de hoje. O sexto capítulo destina-se à separação e suas conseqüências. No sétimo, serão expostos os dados mais preponderantes relativos à pesquisa de campo acerca da paternidade à distância. A partir daí, apresentaremos as categorias de análise surgidas durante as entrevistas. Com base no material pesquisado e na bibliografia existente acerca do assunto, apresentaremos, no oitavo capítulo, as conclusões e reflexões concernentes ao assunto.

2. DA FAMÍLIA PATRIARCAL À FAMÍLIA NUCLEAR MODERNA

A história da família é, sem sombra de dúvida, repleta de complexidades e freqüentes rupturas. Para levantar a questão em torno do exercício da paternidade nos dias de hoje, apresentaremos um breve recuo histórico acerca da família, tema esse sempre contundente e apaixonante.

Desde a família patriarcal, na qual a autoridade do pai não era passível de questionamento, até à família nuclear moderna, temos um longo trajeto a percorrer. Alguns aspectos devem ser levados em conta para nos ajudar na compreensão de comportamentos relativos às sociedades arcaicas. Entre eles, podemos assinalar a ausência do amor como um valor familiar e social até meados do século XVIII (Lázaro, 1996) e a condição da criança na família até o início do século XVII (Ariès, 1981).

Como veremos, a paternidade, nos dias de hoje, não é mais calcada numa figura autoritária e respaldada socialmente por uma rígida hierarquia. Inúmeras transformações possibilitaram uma redefinição dos papéis paterno e materno dentro da sociedade contemporânea.

Inicialmente, no Brasil Colonial, a família era sustentada pelo poder patriarcal, em que a esposa, os filhos e os escravos formavam os bens do *pater familias*. De acordo com o código jurídico da época – que buscava reproduzir o modelo da família portuguesa – cabia ao pai o direito de aplicar castigos físicos aos filhos, aos escravos e à mulher. O pai representava a autoridade e era, hierarquicamente, superior aos outros membros da família. Ele mantinha a tradição e o status, designando à esposa o papel de total submissão. A ideologia dominante tratava de colocar o pai como o centro da família. Ele era o fundamento econômico e o seu chefe moral. Ainda nesta época, o casamento era visto como um procedimento simples, em que o patriarca escolhia os parceiros para seus filhos. Aqui, não estava em pauta o amor como determinante na

escolha do parceiro. As uniões eram formalizadas de acordo com as questões econômicas e sociais, ou seja, o casamento era uma aliança econômica entre as famílias (Brito, 1993).

Em contrapartida, Samara (1983) nos leva a compor um outro quadro da família brasileira, bastante diferente do acima mencionado. Para a autora, estudos e pesquisas mais recentes têm revelado que as famílias extensas, do tipo patriarcal, não formavam o modelo mais preponderante, sendo mais encontradas aquelas com menor número de integrantes e com estruturas mais simplificadas. Desta forma, parece pouco pertinente utilizar, de acordo com esta autora, o conceito de família patriarcal como sinônimo de família brasileira. Partindo deste pressuposto, podemos perceber a riqueza e a complexidade que circunscrevem essa instituição social fundamental, suscitando inúmeras contradições e reflexões acerca do tema.

A variabilidade histórica da instituição familiar torna muito difícil a elaboração de um conceito, que abarque a família como um todo. Ela parece modificar-se temporal e espacialmente, englobando funções políticas e econômicas dentro da sociedade em que está inserida. Além disso, a história da família não é linear e apresenta diversas rupturas em seu percurso. Para compreendermos o passado, precisamos estar atentos aos valores daquela época para não estigmatizarmos aspectos dos quais discordamos ou que nos causam espanto.

Embora existam divergências entre os autores que estudaram a estrutura da família brasileira, de acordo com a visão de Willems (1953), esta apresentou-se predominantemente patriarcal até meados do século XIX. Tal caracterização esteve aliada à sua complexidade e ao seu aspecto essencialmente rural. Outro fator fundamental levantado pelo autor refere-se às diferenças sociais e sua relação com a escolha dos cônjuges.

“... no século XIX os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da

origem e da posição sócio-econômica ocupada.” (Samara, 1983: 42)

Esta autora sugere uma intrínseca relação entre casamento, cor e origem social, podendo levar a uma ausência de matrimônios, caso as demandas não fossem devidamente preenchidas. Em contrapartida, nos estratos menos afortunados da sociedade, havia uma maior possibilidade de escolha do parceiro.

Além das discrepâncias sociais envolvidas na hora da escolha de um cônjuge, outro aspecto bastante interessante merece ser ressaltado: o amor era uma premissa irrelevante para a consumação dos matrimônios, visto que os pais decidiam com quem seus filhos iriam se casar. Lázaro (1996) afirma que “... *o amor do marido por sua mulher chama-se 'estima', o da mulher por seu marido chama-se 'reverência'.*” (p. 84). Segundo o autor, o casamento era um acordo firmado entre os pais dos noivos com o intuito de unir famílias e que, na maioria das vezes, não permitia aos noivos sequer se conhecerem antes do matrimônio. A partir desses dados, podemos observar que o aspecto sócio-econômico sempre esteve presente, ora para definir os matrimônios, ora para excluir tal possibilidade.

Assim, o amor não era considerado importante para a manutenção dos casamentos, dando lugar a sentimentos como estima, dedicação e gratidão. Os nossos antepassados não conferiam ao amor a importância dada a esse sentimento nos dias de hoje. Consideravam-no algo que pudesse fragilizar as pessoas, tornando-as irracionais e passivas. Somente a partir do século XVIII a união entre duas pessoas surge no sentido de uma relação intensa, íntima e exclusiva, como uma entidade anterior à família. Com base nos dados apresentados até agora, podemos pensar que os conceitos de amor entre homens e mulheres, de vínculos afetivos entre os membros de uma mesma família e da valorização da infância, assim como entendemos nos dias de hoje, são uma construção moderna.

Na idade Média e no início dos tempos modernos, as famílias eram extensas e as crianças misturavam-se com os adultos, quando saíam da primeira

infância e eram capazes de se separar de suas mães ou amas-de-leite. Nessa fase, aprendiam ofícios e afazeres domésticos, não recebendo mais atenção do que os animais domésticos. Para muitos, a família não era envolvida em laços afetivos, nem tampouco tinha, primordialmente, uma função educativa: ela assegurava a transmissão da vida, dos bens e dos nomes.

No âmbito da história da família, Poster (1979) identifica quatro modelos: a família aristocrática e a camponesa, ambas situados nos séculos XVI e XVII, seguidas da proletária e da família burguesa.

Na família aristocrática européia, havia o predomínio do controle da terra. Aspectos relacionados à higiene eram escassos, o que mantinha a taxa de mortalidade infantil altíssima. A função masculina era a de guerrear e a feminina, de organizar a vida social do castelo. Cabia às amas-de-leite os cuidados e a amamentação dos filhos, que por sua vez não recebiam atenção ou afeto de seus pais, já que estes laços familiares não eram considerados importantes.

Durante os séculos XV ao XVII, as casas da Europa ocidental abrigavam patrões, crianças e um grande número de empregados e aprendizes, que formavam um verdadeiro grupo social. Essa casa desempenhava uma função pública, pois não havia locais separados para a vida privada e a profissional, já que tudo se passava nos mesmos cômodos. As mesas de jantar e as camas eram arrumadas de acordo com as necessidades e o número de visitantes. Não havia, dentro dessa organização familiar, aspectos concernentes à privacidade e à intimidade. As relações entre patrões e empregados eram calcadas na proteção e na piedade. O pai, dentro dessa família, devia governar bem seus criados, controlar a sua mulher e educar, severamente, seus filhos.

Na família camponesa, o que regulava os costumes e a tradição eram os laços significativos e interdependentes da aldeia. A família não era privilegiada, bem como os relacionamentos afetivos entre seus membros. As taxas de natalidade e mortalidade infantil permaneciam altas. A função da mulher passou a incluir, além da participação no trabalho do campo, a criação dos filhos, o que

era feito através do auxílio de parentes e da comunidade. Entretanto, o envolvimento emocional entre pais e filhos, ao qual estamos plenamente acostumados hoje em dia, não ocorria naquela época.

Segundo Ariès (1981), até o século XIII a infância era considerada um período da vida sem importância. Os artistas medievais, praticamente, não representavam a criança em suas pinturas, e os poucos, que se arriscavam, pintavam adultos em miniatura. Os filhos, muitas vezes morriam precocemente devido à falta de uma medicina infantil ou cresciam sem a devida atenção, visto que eram tratados como pequenos adultos, ocupando um papel periférico na família. Por que a infância era tão desinteressante? Provavelmente, devido à elevada taxa de mortalidade infantil. Embora a morte dos filhos trouxesse sofrimento às mães e aos familiares, não havia o luto e desespero pela perda de alguém especial e insubstituível. Badinter (1985) inverte o pensamento:

“... não é porque as crianças morriam como moscas que as mães se interessavam pouco por elas. Mas é em grande parte porque elas não se interessavam que as crianças morriam em tão grande número.” (p. 87)

Para Ariès (1981), somente a partir do século XVII, surge na pintura temas relativos à primeira infância retratando aspectos da vida infantil e familiar, indicando com isso mudanças ao enfoque dado às crianças até aquele momento. Nota-se, a partir desta época, um maior apego e dedicação destinados aos filhos, surgindo uma preocupação moral, psicológica e educacional envolvendo os mesmos. Badinter (1985) assinala a publicação de Rousseau sob o título “*Émile*”, em 1762, como um verdadeiro impulso à família moderna, fundada no amor materno. Para a autora, ainda no século XVII, a filosofia e a teologia mostram-se ressabiadas diante da infância. Para Santo Agostinho, a criança trazia em si a lembrança do pecado original e, por isso mesmo, deveria ser tratada com frieza, recebendo castigos para que se sentisse amedrontada e aprendesse desde cedo a respeitar os adultos.

Pesquisas sobre a infância sugerem discordâncias no que diz respeito ao amor e carinho dedicados à criança em tempos primevos. Para alguns autores, como Hanawalt (1986) e Paterson (1993), citados em Hareven (1991), o reconhecimento da infância deu-se a partir da Idade Média. Para esses autores, a infância era um período distinto e a criança não era considerada um “adulto em miniatura”, conforme sugerido por Ariès (1981). O próprio Ariès afirmou, posteriormente, que teria carregado nas tintas, ao pintar a infância e o tratamento destinado às crianças como praticamente inexistentes até o século XVII. Dessa forma, percebe-se uma grande riqueza, além de diferentes enfoques e abordagens literárias, ao se debruçar sobre a história da família. Essa instituição complexa circunscreve aspectos econômicos e políticos, além de todos os acontecimentos e intervenções históricas que transformaram comportamentos familiares. No prefácio de seu livro “A história da família”, Casey (1992) apresenta a família como uma estrutura “... cujo perfil tem a imprecisão de uma ameba.” (p. 9).

A partir do século XIX, com a industrialização, a família proletária sofreu diversas transformações, que desembocaram, finalmente, na família burguesa do século XX. Os camponeses passaram a trabalhar nos centros urbanos, ou seja, mais longe de casa, enquanto suas esposas, integradas numa rede social composta por filhos e parentes, passaram a ficar mais em casa.

A família burguesa, tal qual a surgida na Europa, no início do século XVIII e, posteriormente, no Brasil, trouxe consigo o isolamento da família em si mesma, delimitando aspectos dos universos público e privado. O mundo público ressaltava qualidades, como autonomia e razão, para se vencer nos negócios, enquanto que, na esfera privada, havia o enaltecimento da emoção, dos afetos e das vinculações. A família passou a organizar-se de maneira diferente. Os cômodos foram divididos, propiciando maior discricção, isolamento e intimidade. Os criados passaram a ser confinados, em áreas separadas e as visitas deveriam ser marcadas, com antecedência.

Diversos fatores, como a importância que a criança adquire na sociedade, além da obsessão advinda da filosofia das Luzes – que pregava a busca da

felicidade e valorizava o amor - aproximaram o marido de sua esposa, no século XVIII. Partindo do postulado de que o homem foi feito para ser feliz, a microssociedade familiar passa a ser o lugar, no qual a felicidade pode reinar. Não se trata do amor-paixão e sim, do amor-amizade, que engloba o carinho e, até mesmo, alguma dose de prazer. Nessa época, surge uma nova concepção de casamento que respeita um pouco mais os indivíduos. Podemos observar uma maior privatização do espaço doméstico, que passou a enfatizar os aspectos individuais e familiares. Essa diferenciação entre o espaço público e o privado proporcionou à família uma maior união e, a partir deste momento, a infância começou a ser vista como uma etapa importante, cujo objetivo voltou-se para o preparo dos indivíduos para o futuro. A partir da valorização da criança, como ser em formação e da preocupação com a sua educação, é que a família assumiu uma função moral e espiritual. O cuidado dispensado às crianças passou a ressaltar a afetividade, entre os membros de uma mesma família.

A aprendizagem tradicional, que era realizada em casas de famílias, passou a ser substituída pela escola. A família e a escola foram as responsáveis pela retirada das crianças da sociedade dos adultos, confinando-as em um regime disciplinar, cada vez mais rigoroso, que nos séculos XVIII e XIX resultou na criação dos internatos.

No Brasil, com a chegada da Corte, dos representantes da burguesia industrial européia, seguidos do movimento higienista, inúmeras mudanças começaram a ocorrer. Tratava-se de uma nova política social que propunha regras de comportamento, envolvendo pais e filhos. Ao invés de produzir descendentes, a principal função da família passou a ser a de priorizar o crescimento dos filhos, que um dia serviriam ao Estado. Na junção do público e do privado, a família deveria assegurar a gestação da sociedade civil, cujo bom andamento era primordial à estabilidade do Estado e ao progresso da humanidade.

Porém, como vimos anteriormente, o pai era o centro da unidade familiar e não estava disposto a perder o seu reinado para o Estado. Costa (1979) afirma

que *“Todo o trabalho de persuasão higiênica, desenvolvido no século XIX, vai ser montado sobre a idéia de que a saúde e a prosperidade da família dependem de sua sujeição ao Estado.”* (p. 63). Assim, o papel do Estado veio para validar e confirmar as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscritos nas instituições encarregadas da administração e da regulamentação da unidade doméstica. Os Estados modernos, segundo Bourdieu, (1999) *“... inscreveram no direito de família, especialmente nas regras que definem o estado civil dos cidadãos, todos os princípios fundamentais da visão androcêntrica.”* (p. 105).

Diante desse impasse entre o poder patriarcal privado e o Estado, o movimento higienista encontrou na mulher uma grande aliada contra o marido opressor. A imagem da mãe foi enaltecida, através das publicações médicas, que faziam recomendações sobre os cuidados com seus filhos. O leite materno era indicado como a melhor forma de alimentar os bebês.

A relação entre mãe e filho passou a ser considerada um quesito fundamental, na constituição da família. A criança saiu do papel coadjuvante que desempenhava e começou a receber educação escolar e uma formação, que visava obedecer a determinadas regras sociais. Dentro desse contexto histórico-social, a relação mãe-filho tornou-se alvo de inúmeros estudos. A mulher, segundo Costa (1979), foi:

“... elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Em função destes encargos, suas características físicas, emocionais, sexuais e sociais vão ser redefinidas. Seu papel cultural cresce, em força e brilho. A higiene passou a solicitar insistentemente à mulher que, de reprodutora dos bens do marido, passasse a criadora de riquezas nacionais.”
(p. 73)

Dessa forma, a infância passa a ser privilegiada, assim como o papel da mulher, recalçando o poder do marido. Uma criança saudável se tornaria um adulto saudável e, conseqüentemente, um bom trabalhador para a nação.

A partir do desenvolvimento urbano e industrial do Brasil, somados a uma reorganização da casa, bem como a reforma de costumes, a família reduz sua estrutura dando lugar à família nuclear moderna, em que apenas os pais e seus filhos vivem sob o mesmo teto.

3. FAMÍLIA, CASAMENTO E SEPARAÇÃO

A família nuclear do século XIX, na qual o pai, a mãe e os filhos conviviam na mesma casa, há muito tempo não representa mais o único modelo familiar predominante. Essa família era o refúgio caloroso, centro de intercâmbio afetivo e sexual, que apresentava, através de sua delimitação, uma proteção aos seus componentes. No entanto, essa mesma família era fechada, exclusiva, normativa e extremamente privada. As mudanças, que presenciamos nos dias de hoje, são uma decorrência de diversos fatores, entre eles o desenvolvimento do individualismo e do imenso desejo de felicidade, surgidos no século XIX. Nessa época, a família se fecha em si mesma e começa a viver de maneira mais íntima. Badinter (1985) afirma ser:

“... um novo modo de vida que aparece no final do século XVIII e que se desenvolverá no curso do século XIX. Voltada para o interior, a intimidade que conserva bem cálidos os laços afetivos familiares, a família moderna se recentra em torno da mãe, que adquire uma importância que jamais tivera.” (p. 213)

O enaltecimento do individualismo e dos afetos passou a ser a maior razão das relações familiares, propiciando o isolamento entre os membros de uma mesma família, de seus parentes mais distantes, agregados e serviçais. Para Shoumatoff (1985), a sociedade ocidental presenciou uma revolução que afetou imensamente as relações interpessoais: as pessoas começaram a perceber e a enaltecer a sua importância, enquanto indivíduos, algo jamais visto, anteriormente. O termo individualismo surgiu, em francês e foi recebendo, cada vez mais atenção, durante a Revolução Francesa e o Iluminismo.

Como vimos no capítulo anterior, a família e o casamento sempre estiveram atrelados a questões econômicas que garantiam a sobrevivência de seus integrantes. Cabia à família organizar as necessidades sócio-econômicas e

ditar as normas a serem seguidas pelos filhos. Porém, com a crescente industrialização e o surgimento de escolas, hospitais, indústrias de roupas etc., as tarefas referentes à subsistência que, antes eram executadas pela família e a comunidade, começaram a ser comercializadas. Jablonski, (1998) aponta:

“Desde o final do século XVIII, o casamento por amor, a nova imagem da criança, a emancipação feminina e o isolamento da família nuclear (afastando-se dos sistemas de parentesco e da sociedade em geral) tiveram como consequência a criação em termos ideológicos de um conceito de família como uma espécie de abrigo, um refúgio afetivo em meio a uma sociedade agora – e cada vez mais fria e competitiva.” (p. 59)

Vale a pena ressaltar outros fatores que contribuíram para o desenvolvimento do individualismo moderno, no século XIX. Entre eles a ascensão do capitalismo e da burguesia, assim como o Iluminismo, as revoluções industrial e científica, além da crescente valorização em torno do consumismo. Ameaçada assim pela efervescência dos seus, a família tradicional sofre, igualmente, o choque de fatores externos.

Heterossexual, monógama, nuclear e patriarcal, a família que herdamos do século XIX era investida de um grande número de missões. Nos tempos de capitalismo, em larga medida familiar, ela assegurava o funcionamento econômico, a formação da mão-de-obra, assim como a transmissão dos patrimônios e dos valores de suas tradições ancestrais.

Doherty (1992) afirma que durante o século XX presenciamos a convivência de três tipos distintos de família. Em primeiro lugar, podemos citar a família tradicional que, preocupada com os aspectos funcionais, privilegiava a produção econômica conjunta, enfatizando a autoridade paterna, além de exercer grande intercâmbio entre a comunidade e seus parentes. Em seguida, temos a família moderna, que pegou carona no espírito de individualidade e distanciou-se da comunidade e dos parentes. Essa família ficou ainda mais nuclear e mais igualitária, focando a sua atenção nos sentimentos. Já no final do século XX,

surge a família pluralística (ou pós-moderna), cuja principal característica é a sua abertura às novas formas de relacionamentos. A família pós-moderna pode ser constituída pela mãe e seus filhos ou por pais e mães que estejam em outras uniões matrimoniais, mas que convivem com os filhos de seus primeiros, segundos ou terceiros casamentos. Esses arranjos apresentam maior flexibilidade e maior igualdade entre os seus componentes do que os anteriores.

Essa nova constituição familiar aparece também, na literatura infantil, que aborda de maneira lúdica a questão da separação dos pais. No livro “Dois de cada”, de Babbete Cole (1997), os filhos preparam o “descasamento” dos pais, já que eles se detestam e vivem aprontando situações terríveis, um com o outro. No final, as crianças percebem que é melhor ter duas casas do que viver todos juntos e infelizes. Outro exemplo é “A filha do pai. O pai da filha” de Adriana Jorrge (1970). A autora conta a história de um pai separado de sua filha por um abismo intransponível mas, embora separados, os dois querem muito se ver. Finalmente, resolvem mergulhar no abismo e, com isso, conseguem escalá-lo de volta, costurando memórias e sentimentos do passado e do presente para, juntos, construir o futuro.

A grande idealização em torno do casamento, respaldada principalmente no amor, também aparece como um fator que pode dificultar as uniões. Ao elevar o amor-paixão como o pilar, que sustenta o casamento, a sociedade cria nos indivíduos uma expectativa muito grande, além de pouco compatível com a realidade. Quando o amor-paixão se transforma em amor-companheiro, parece que os sujeitos se sentem traídos, sem saber lidar com essa nova etapa do casamento.

De acordo com Jablonski (1998), essa visão do amor como um sentimento mágico capaz de transpor barreiras, também tem a sua parcela de contribuição para a crise do casamento. À medida em que depositamos no outro e no amor que sentimos por ele, toda a responsabilidade de se viver um “conto de fadas,” e, que essa circunstância passa a ser o ditame central no casamento, qualquer sinal de transformação e amadurecimento desse sentimento faz vir à

tona uma enorme frustração e decepção, como se estivéssemos fadados aos papéis de príncipes e princesas para o resto de nossas vidas conjugais.

3.1 Casamento e separação: construção e dissolução da conjugalidade

De acordo com dados estatísticos, nos Estados Unidos, estima-se a ocorrência de 50% de divórcios para aqueles que se casam pela primeira vez e 60% para aqueles que se casam pela segunda (Furstenberg & Nord, 1985). No Brasil, os dados divulgados pelo IBGE, em 1996, referentes ao ano de 1994, apontam para a ocorrência de 1 divórcio para cada 4 casamentos (*Anuário Estatístico Brasileiro*).

Em seu artigo intitulado “Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade”, Féres-Carneiro (1998) apresenta duas forças paradoxais, a individualidade e a conjugalidade, existentes dentro do casamento.

Entendemos por individualidade tudo aquilo que é pertinente ao sujeito, ou seja, a sua história de vida, seus planos e projetos pessoais e profissionais, assim como as suas vivências singulares. A conjugalidade, por sua vez, diz respeito ao casal, aos planos e projetos em comum, aos sonhos dos dois, assim como a história que os cônjuges estão criando para si mesmos. Dessa forma, vale dizer que, em um casal, encontramos duas individualidades e uma conjugalidade, convivendo ao mesmo tempo.

No que diz respeito à conjugalidade, caberá ao casal construir e ressignificar aspectos referentes ao seu passado e ao presente para que a convivência seja enriquecedora, profunda e satisfatória para ambos.

A lógica do um e um são três cria duas forças paradoxais, que serão vividas pelo próprio casal. Tal paradoxo aparece, ao tentarmos conciliar individualidade e conjugalidade.

“Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal.” (Féres-Carneiro, 1998: 383)

A família contemporânea, vista por esse prisma, ressalta a possibilidade de cada indivíduo constituir-se como autônomo. Em contrapartida, a transformação da intimidade, nas sociedades ocidentais, tratou de acentuar aspectos referentes ao ideal de amor romântico, da liberdade individual e da auto-realização, afastando os indivíduos das relações sociais mais amplas, enquanto valorizavam os relacionamentos conjugais. Dessa forma, há um aumento das expectativas e idealizações em torno do casamento, o que, muitas vezes, somados a outros fatores, pode levar à separação.

Ainda segundo Féres-Carneiro (1998), as pessoas se separam não porque o casamento não é algo importante em suas vidas, e sim, porque a sua relevância é tão primordial que os cônjuges não aceitam que o seu relacionamento não corresponda às expectativas. A autora afirma que no caso da separação, o importante é deixar os filhos fora do conflito conjugal. Ela sugere que:

“... a capacidade da criança e do adolescente de lidar com a crise que a separação deflagra vai depender sobretudo da relação que se estabelece entre os pais e da capacidade destes de distinguir, com clareza, a função conjugal da função parental, podendo assim transmitir aos filhos a certeza de que as funções parentais de amor e cuidados serão sempre mantidas.” (Féres-Carneiro, 1998: 387)

A separação leva a família a uma reestruturação dos padrões de relacionamentos entre seus membros. Essa reorganização pode levar algum tempo, dependendo de como a família estava organizada, e de diversas questões subjetivas e únicas, concernentes a cada estrutura familiar específica. De acordo com Brun (1999):

“É bom saber que, com o tempo, as aflições podem tomar novos rumos e outras relações poderão ser construídas. Madrasta e enteada podem tecer um afeto genuíno, ex-mulher e atual esposa podem “trabalhar” juntas para ajudar um filho, avós “postiços” podem dar a uma criança a sensação de aconchego e segurança, ou um padrasto pode oferecer presença e uma proteção que não se vivenciava com o pai biológico.” (Brun, 1999: 37)

É importante ressaltar que as famílias separadas e as recasadas são tão capazes quanto as de primeiro casamento em assegurar a saúde emocional de seus membros. O que importa, em qualquer dessas estruturas familiares, é a qualidade das relações estabelecidas entre seus componentes. Além disso, o lugar da criança precisa ser assegurado, seja ela filha de pais separados ou não.

Sem dúvida, existe uma complexidade que engloba a família recasada nos aspectos como a autoridade paterna e materna, além da necessidade de se aprender a conviver com novos membros, como meio-irmãos, padrastos e madrastas, vários avós, filhos da mulher do pai e filhos do marido da mãe, que passam a fazer parte da família após o recasamento. Essa complexidade não deve ser encarada como algo negativo, pois pode trazer maior flexibilidade e criatividade, ao se lidar com diversas situações.

O preconceito existente em torno de pais separados, que sugere filhos problemáticos e sem limites, parece estar se dissipando, embora ainda apareça em nossa sociedade. A terapeuta americana Judith Wallerstein critica avidamente a “cultura do divórcio”. Em uma entrevista concedida à revista *Veja*, de 13 de dezembro de 2000, a terapeuta sugere aos casais que vivem uma situação conjugal morna considerar seriamente a possibilidade de continuar juntos pelo bem de seus filhos. A terapeuta entrevistou 131 filhos de casais divorciados, ao longo de 25 anos, e constatou o sofrimento e as dificuldades que esses jovens vivenciaram, durante a infância e adolescência.

Segundo Wallerstein (1991), a vida pós-divórcio é incrivelmente difícil para os filhos, que passam a se sentir abandonados e marginalizados. Esse discurso parece bastante discutível, podendo dar margem aos preconceitos e

estereótipos citados acima. Gostaríamos de perguntar à terapeuta se ela considera saudável para os filhos conviverem com pais que brigam constantemente ou que mantêm uma relação de aparências ou de infidelidade e desrespeito. Colocar os seres humanos em categorias estanques de causa e efeito e generalizar todas as situações, sem buscar a singularidade de cada indivíduo e de cada relacionamento, parece uma atitude nada terapêutica. E mais, rotular os “filhos do divórcio” como carentes, inseguros e extremamente problemáticos é não enxergar as mudanças dos tempos que estão bem diante de nós. Será que os “filhos do divórcio”, ao verem seus pais felizes e realizados em um outro relacionamento, também poderão buscar, no futuro, relacionamentos baseados em cumplicidade e afeto? Muitos pesquisadores afirmam ser melhor para os filhos ver os pais separados e bem resolvidos do que casados, e em eterno conflito.

Segundo autores americanos que estudam os processos da família reconstituída e a paternidade exercida à distância (Eggebeen & Knoester, 2001; Stewart, 1999; White & Gilbreth, 2001), o envolvimento dos padrastos, no sustento e no monitoramento dos enteados, relaciona-se a melhores resultados e maior satisfação dos enteados com a vida familiar, sugerindo que a atuação do padrasto dentro da família reconstituída é benéfico para a criança. Wagner & Sarriera (1999), através de pesquisa realizada com adolescentes de famílias originais e de famílias reconstituídas (nas quais os pais são separados de seus primeiros cônjuges e, atualmente, mantém uma relação estável com outro companheiro), encontraram uma correlação positiva dos pais biológicos com os padrastos e madrastas. Segundo os autores, a possibilidade em se estabelecer um bom relacionamento entre os adolescentes e os novos companheiros de seus pais ou mães vai depender da boa relação criada entre os pares pai/padrasto e mãe/madrasta.

As autoras supracitadas encontraram nos relatos dos jovens, tanto nos de famílias originais como nos das reconstituídas, a afirmação de que a responsabilidade pela organização da casa é uma tarefa destinada à mãe,

enquanto que o sustento econômico familiar permanece atribuído ao pai ou ao padrasto. Com isso, observamos que, muito embora ocorram mudanças na constituição familiar, alguns aspectos relacionados aos gêneros masculino e feminino permanecem intactos.

Recentemente, o jornal *O Globo* (edição de 28 de julho de 2002) publicou, em seu caderno dominical “Jornal da Família”, uma matéria acerca da nova família brasileira. A reportagem abordou, entre outros assuntos, a liberalização dos costumes, as uniões informais, os casamentos gays, a revolução científica que possibilitou a realização de inúmeros casos de fertilização *in vitro*, além da predisposição do brasileiro em viver sozinho e não ser mais rotulado como solitário e carente.

De acordo com o artigo, as transformações pelas quais a família vem passando apresentam a mulher como protagonista. Ao entrar no mercado de trabalho, ela permaneceu cuidando de sua casa e dos filhos, muitas vezes sem o marido, e foi conquistando uma autonomia jamais experimentada pelo sexo feminino. Atualmente, muitas mulheres preferem ficar sozinhas do que mal acompanhadas. Além disso, as mulheres também estariam assumindo o cargo de “chefe de família”, outrora designado aos homens. No último censo, das 12.864 milhões de chefes de família brasileiras, 1.899 milhão vivia com seus maridos ou companheiros.

A reportagem também abordou o crescente interesse dos pais em participar da vida de seus filhos. Nesse quesito, alguns homens aparecem insatisfeitos com o estereótipo de provedor ao qual estavam destinados e estão cada vez mais dispostos a reivindicar a guarda dos filhos, após a separação conjugal. A matéria conta que, no ano passado, pela primeira vez, o número de pais requisitando a guarda dos filhos ultrapassou o de mulheres na Justiça paulista: 53% dos processos que pediam a guarda dos filhos foram encaminhados pelos homens. Além disso, as famílias formadas por pais e filhos encontram-se presentes na estatística, envolvendo de 1,5% a 2% dos lares. Na hora de decidir com quem os filhos vão ficar, ao invés dos antigos padrões nos

quais a mãe era sempre a pessoa mais indicada, a escolha está voltada para a preservação da criança no plano sócio-afetivo e material. Em alguns casos, as mulheres têm uma carga horária de trabalho maior do que a dos homens.

“O modelo aceito com frequência atribui ao homem o gerenciamento e a distribuição dos bens materiais, enquanto à mulher cabem os *bens filhos*. Nestes arranjos, muitas vezes o homem corre o risco de ficar com “menos filhos”, tendo seu direito de vê-los regulado por um acordo de separação, que restringe seus contatos a horários mingüados e a dias previamente estabelecidos. Por outro lado, ao negociar com sua moeda corrente, os *bens filhos*, a mulher acaba sobrecarregada de funções, acumulando o papel de pai e mãe, num clima de asfixia emocional e econômica.” (Brun, 1999: 116)

Diante de tantas mudanças, faz-se necessário redefinir diversos aspectos que tangem aos papéis dos componentes destes novos núcleos, além do relacionamento estabelecido entre eles, os padrões de interação e as estratégias de educação dos filhos, visando atender as demandas que vão surgindo dentro das novas famílias. Assim, dentro do clima de permanente transformação, é de suma importância a forma como os pais legítimos lidam com a situação da reconstituição familiar para que a adaptação dos filhos ocorra de forma saudável. O recasamento é uma busca de reconstrução da vida sentimental, visto que a família permanece almejada como um lugar seguro. A família está sendo reinventada no cotidiano, mas a sua função básica continua a mesma: preservar a integridade física e emocional de seus membros.

4. HOMENS E MULHERES - DO PASSADO AO PRESENTE

Neste capítulo, estaremos analisando as mudanças e continuidades nos papéis do homem e da mulher, desde o início do século XIX até os dias de hoje.

De acordo com Foucault (1984), o século XIX foi o palco da invasão progressiva do espaço e da lei pela tecnologia da norma. Com o auxílio do movimento higienista, juntamente com o movimento de civilização, surgiu o homem moderno, que se caracterizava principalmente, pelo seu aspecto autocontrolado e autoregulado. Através da regulação, os sujeitos são adaptados à ordem do poder, não somente pela exclusão das condutas inadmissíveis mas, essencialmente, pela produção de novos aspectos sociais, sentimentais e corporais.

Conforme assinalado anteriormente, a família burguesa propiciou uma definição dos papéis masculino e feminino. Os homens dominavam o espaço público e eram os provedores de bens materiais, enquanto as mulheres, confinadas à esfera privada, tinham a função de criar os filhos, cuidar da casa e dos idosos. Diversos progressos foram feitos nos padrões de higiene e alimentação, diminuindo, consideravelmente, a taxa de mortalidade infantil, além da valorização da amamentação por parte da mãe, antes designada às amas-de-leite.

Essa definição de papéis colocou a mulher dentro de casa, pelo menos até a emancipação feminina. Dedicando-se aos filhos, aos afazeres do lar e ao cuidado de parentes e idosos, a mulher tinha seu tempo completamente preenchido. Porém, com a expansão da urbanização, somados aos avanços da ciência e da tecnologia, além das necessidades educacionais, os tempos começam a mudar. Aquela “mini-indústria” familiar, gerida pela figura materna, começou a “terceirizar” suas inúmeras funções, ou seja, as crianças passaram a frequentar as escolas, os maridos buscavam trabalho nas indústrias e as mulheres foram, pouco a pouco, saindo de casa. O surgimento de artefatos tecnológicos

também colaborou para a debandada feminina, pois diminuiu, e muito, o tempo dispendido pela mulher nos cuidados com a casa e no preparo das refeições.

Ao enfocarmos os papéis de homem e de mulher ao longo da nossa história, percebemos traços que se perpetuam, talvez devido ao fato de estarem bastante cristalizados dentro de nós, além de outros que vão surgindo, à medida em que aparecem novas demandas de interação entre homens e mulheres.

Willems (1953), em sua leitura histórica acerca da estrutura da família brasileira, apontou para uma assimetria muito grande entre os papéis atribuídos aos homens e às mulheres. Vale ressaltar as características marcantes dessa época – a primeira metade do século XIX - nas quais prevaleciam, de acordo com o autor, uma estrutura patriarcal complexa, essencialmente rural e de acentuada dominância social. Segundo este autor, “... *a sociedade dos homens é marcadamente androcêntrica permitindo aos mesmos quase tudo que é negado às mulheres. O papel do homem gira em torno de uma série de valores que chamaremos de complexo de virilidade.*” (Willems, 1953: 341). Os homens podiam tudo no campo da sexualidade. Era o chamado “padrão duplo de moral sexual” que os permitia manter relações adúlteras ou pré-maritais, nas quais a sua infidelidade nunca era questionada, até manter duas posturas completamente ambivalentes, uma dentro, e a outra fora de casa.

No âmbito privado, o homem apresentava-se como um dedicado chefe de família, um verdadeiro guardião da moralidade familiar com um senso de honra e respeitabilidade em relação à sua família, mantidas dentro das regras da tradição. Nos domínios públicos, esse mesmo homem era visto como um conquistador vitorioso e irresponsável, estimulado a manter relações sexuais com quantas mulheres conseguisse. A infidelidade masculina era ignorada, a não ser quando colocava em risco a segurança da estrutura familiar. Depois do casamento, o marido assumia o papel de pai autoritário e dominador.

A casa e a rua eram consideradas, de acordo com Da Matta (1986), dois universos distintos. Em sua casa, o homem é um indivíduo respeitado que merece lealdade e amizade, tanto de seus familiares quanto daqueles que

freqüentam o seu lar. Esse é o espaço destinado às relações pessoais. Na rua, prevalece o mundo da trapaça, do comércio, da política e da aplicação impessoal da lei. Para o autor, uma fonte da violência no Brasil surge da ambivalência entre as regras que imperam na “casa” e na “rua”, ou seja, no mundo das relações pessoais e impessoais.

As mulheres, dentro desse contexto, eram constantemente vigiadas pelos homens da família – pais, irmãos ou maridos – restando-lhes uma vida reclusa, com exceção somente às visitas dominicais que faziam à igreja. Elas não podiam manter relações sexuais antes do casamento e, caso isso ocorresse, provavelmente entrariam para o grupo das solteironas ou das prostitutas. Imperava o “complexo de virgindade”, na qual esta deveria ser preservada a todo custo. A moça brasileira era obrigada a proteger a sua reputação, devendo para isso evitar qualquer situação que pudesse sugerir algum indício de intimidade com outro homem. Andavam em grupos e evitavam horários e lugares que pudessem provocar suspeitas. A infidelidade feminina era considerada um crime moral, assim como a perda da virgindade antes do casamento. Devido às poucas opções reservadas à mulher, o matrimônio tornava-se prioridade, visto que, além de representar proteção e sobrevivência econômica, elevava a imagem feminina, enquanto limitava o seu papel ao de esposa e mãe.

Esses dados, apresentados por Willems (1953), são referentes às classes alta e média, que traziam aspectos tradicionais semelhantes às famílias portuguesa e espanhola. Na classe mais baixa da população, o autor encontrou maior flexibilidade na estrutura familiar, além de maior instabilidade, dentro do casamento. O matrimônio era consumado, rapidamente, e dispensava a união civil. No caso da separação, a iniciativa era, na maioria das vezes, da mulher. Não havia discriminação entre mulheres sexualmente inexperientes daquelas que já tinham tido relações sexuais. De acordo com Samara (1983), nas camadas mais pobres da sociedade, a escolha do cônjuge obedecia a critérios menos seletivos e preconceituosos do que nas camadas mais abastadas.

A partir dos relatos da autora supracitada, observamos duas inserções distintas da mulher na família brasileira do período colonial. Uma apresenta a mulher como submissa, vivendo praticamente reclusa, enquanto a outra sugere que a mulher teria mais autonomia e “teceria por trás dos panos”, fazendo valer o seu desejo.

D’Incao (1989) busca uma explicação mais abrangente acerca da extrema vigilância a que as mulheres eram submetidas. Para ela, tal vigilância não estava, unicamente, relacionada às questões religiosas e morais da época, pois também buscava assegurar que os casamentos fossem realizados sob o prisma de uma aliança política e econômica.

“A vigilância, como se sabe, sempre foi a garantia do sistema de casamento por aliança política e econômica. O atenuamento dela, quando interpretado simplesmente como libertação da mulher, pode levar-nos a conclusões confusas ou pouco esclarecedoras a respeito da própria vigilância e da família que a praticava. E, conseqüentemente, da família que deixou de praticá-la. O costume da vigilância tem, portanto, que ser entendido dentro do sistema que a legitimou: o do casamento por aliança política e econômica.” (D’Incao, 1989: 70)

Segundo Biasoli (2000), o processo de socialização, que visava o controle sobre o comportamento da menina, exigia, desde cedo, a sua disposição para a obediência, assim como a submissão, a pureza, a delicadeza no trato, a habilidade relacionada às prendas domésticas e trabalhos manuais, juntamente com a capacidade de autoconter-se. Do ponto-de-vista social e econômico, esse procedimento tinha como objetivo fazer com que a filha realizasse um bom casamento, com um “bom partido”.

A autora relata que, no final do século XIX e início do XX, as moças não precisavam estudar, já que eram criadas para o casamento e para a procriação. Um pouco mais tarde, com a proliferação dos colégios para meninos e meninas nas classes mais abastadas da sociedade, torna-se hábito comum enviar as moças a um colégio interno de freiras, para que, posteriormente, saíssem prontas para

casar. Nesse contexto, a religião desempenha um papel importante, mantendo os valores morais, acrescidos de restrições e temores para evitar a desobediência e, conseqüentemente, o pecado.

Em seu livro “A dominação masculina”, Bourdieu (1999) afirma que a família, a Igreja e a escola eram os encarregados de garantir e perpetuar a ordem dos gêneros:

“... à família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce de divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à igreja, marcada pelo antifeminismo profundo de um clero pronto a condenar todas as faltas femininas à decência, sobretudo em matéria de trajes, e a reproduzir, do alto de sua sabedoria, uma visão pessimista das mulheres e da feminilidade, ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres.” (Bourdieu, 1999: 103)

Do início até meados do século XX, observamos uma abertura maior para a escolarização da mulher. Porém, as expectativas da família em torno da vida escolar e profissional do filho homem eram bastante distintas da filha mulher. Elas eram facilmente afastadas da escola, com o intuito de ajudar nos trabalhos da casa e, principalmente, caso surgisse um noivo que tivesse boas condições financeiras para sustentá-la. Após o matrimônio, os pais e irmãos não precisavam mais tomar conta da moça e de sua preciosa virgindade. A mulher era vista como frágil, ingênua e altamente influenciável pelos outros, podendo facilmente cair em tentação.

Da escolarização à profissionalização da mulher existe um longo caminho a ser percorrido. A crescente urbanização aponta para mudanças na economia e, a partir daí, passa-se a esperar que as mulheres sejam capazes de aprender a gerir salários, a cuidar que os filhos dominem as tarefas escolares, além de administrar a vida doméstica e servir como um suporte adequado para o

sucesso profissional de seu marido. As pressões econômicas que a modernidade trouxe, seguidas da depressão econômica dos Estados Unidos, em 1929, foram fatores fundamentais na determinação da alteração da perspectiva relativa à inserção da mulher no mercado de trabalho.

A partir da segunda metade do século XX, mudanças importantes começaram a ocorrer no seio da estrutura familiar. A emancipação feminina, motivada principalmente por necessidades econômicas, encontrou uma mulher isolada, que assistia à rápida desvalorização dos trabalhos domésticos, ao mesmo tempo em que tinha menos filhos para criar, devido ao surgimento da pílula anticoncepcional. Esse cenário propício levou as mulheres para as ruas, em busca de uma formação acadêmica e de um trabalho remunerado.

Conforme mencionamos anteriormente, cabia à mulher uma série de funções no lar no que dizia respeito aos cuidados com os filhos, outros parentes e idosos. Também trabalhava, em casa, produzindo roupas, remédios e acessórios, além de preocupar-se com a manutenção e higiene de seu lar. Dentro desse contexto, as mulheres de uma mesma comunidade se ajudavam e faziam companhia umas às outras, o que significava um suporte social e emocional para elas. Com a modernização e a industrialização, somados às necessidades econômicas, as mulheres presenciaram a perda de suas funções dentro de casa, restando-lhes a possibilidade de se aventurarem em um mundo até então bastante desconhecido para elas: o mundo público.

O ingresso da mulher, no mercado de trabalho foi uma das transformações sociais mais relevantes em nosso país, desde a década de 70. A inserção feminina na vida pública demandou uma inserção masculina no mundo privado, ou seja, trata-se de uma divisão das tarefas domésticas e dos cuidados com os filhos. Porém, Goldenberg (2000) afirma acerca do assunto que:

“... parece que as mulheres ficaram mais estressadas, mais competitivas, mais preocupadas com necessidades que não preocupavam tanto as de antigamente, como dinheiro, consumo, sucesso, carreira... Elas criam novos desejos, novas

ambições, novas culpas. Buscam novas experiências, brigam mais e, muitas vezes, sentem-se profundamente solitárias.” (Goldenberg, 2000: 113-114)

A revolução tecnológica não deu conta de aliviar a sobrecarga sofrida pela mulher com a famosa “dupla jornada de trabalho”. Os diferentes papéis assumidos pelas mulheres – entre eles o de mãe, esposa dedicada e sempre com a aparência bem cuidada, dona-de-casa e exímia profissional – implicam em uma maior participação do pai na criação dos filhos e nos afazeres domésticos. Ao invés de reproduzirmos os modelos sociais aos quais estamos acostumados, Goldenberg (2000) sugere que homens e mulheres “inventem” suas próprias formas de parceria amorosa, baseados na liberdade e na reciprocidade. Além disso, observamos uma grande riqueza na variação dos padrões familiares, na qual a família nuclear burguesa deixa de se apresentar como o único modelo predominante a ser seguido.

Muitos autores (Badinter, 1993, Jablonski, 1995 e Telles, 1997) sugerem que a emancipação feminina teria sido uma das principais responsáveis pela suposta “crise da masculinidade”. Encontramos, na sociedade brasileira contemporânea, uma multiplicidade de comportamentos e desejos masculinos e femininos que convivem, muitas vezes, nos mesmos indivíduos, gerando angústia e conflitos.

“Talvez o machão esteja realmente em crise, mas é possível que até ele consiga sobreviver, só que será obrigado a coexistir com outras formas de ser homem. O que não sobrevive mais é um modelo hegemônico de masculinidade com base em força, poder e virilidade, embora homens (e mulheres!) continuem alimentando esse ideal.” (Goldenberg, 2000: 38)

Nolasco (1995), por sua vez, sugere que a investigação acerca da masculinidade enfoque aspectos psicossociais, incluindo os novos questionamentos e demandas acerca dos papéis masculino e feminino, com o intuito de romper com estereótipos anteriormente estabelecidos. Para o autor,

essa crise pode abrir espaço para uma possível diferenciação dos homens no que tange ao padrão de masculinidade socialmente formulado. Jablonski (1999), a esse respeito, afirma que para ser homem bastava seguir alguns preceitos:

“... ser ambicioso, racional, analítico, individualista, competitivo, dominante, agressivo, corajoso, pouco falante, não demonstrar emoções, leal (a causas ou chefes), viril, correr riscos, prover a família e atuar como líder. Some-se a isso tudo a constante necessidade de ter de provar que se é homem.” (Jablonski, 1999: 56-57)

Esses rótulos circundam a masculinidade e delimitam a identidade masculina. Ao excluir a expressão das emoções, que são vistas como “coisas de mulher”, limita-se a autonomia emocional e as questões referentes à intimidade.

De acordo com Muraro (1994), as mudanças no domínio público, fatalmente, trazem mudanças no aspecto privado. As reivindicações femininas acerca da participação masculina nas questões domésticas e nos cuidados com os filhos levam a uma interação de ambos os sexos e, conseqüentemente, com as crianças, que passam a ter a oportunidade de desenvolver e de manter relacionamentos com homens e mulheres.

Atualmente, as mulheres estão dando a entender que não se satisfazem somente com o homem provedor e protetor, preferindo aqueles que saibam conversar sobre suas emoções, compartilhar os prazeres e dissabores cotidianos, além de se envolverem nos cuidados com a casa e com os filhos.

“... apesar de serem poucos os homens a despertarem para essa realidade – e por isso se discute tanto a crise e perplexidade masculina diante das novas expectativas e exigências femininas – ainda existe esperança. Principalmente para aqueles que descobriram (depois de muitas desilusões) que, em um mundo consumista e individualista, o amor deve ser construído em bases mais sólidas e maduras, e não na aparência ou na busca desenfreada pelo prazer.” (Goldenberg, 2000: 122-123)

White (2001), em entrevista concedida ao *Jornal do Brasil* (“caderno B”, edição de 21 de abril de 2002), relatou ter ouvido mais de 432 mulheres de 20 a 50 anos, nas principais capitais brasileiras e em algumas comunidades rurais. A psicóloga chegou à conclusão de que, após a conquista da igualdade no mercado de trabalho, as mulheres querem sossego e companhia. De acordo com White (2001), através das conversas, as mulheres revelaram o seu desejo de ter uma vida mais simples, com marido e filhos por perto, sem tanta cobrança e um cotidiano repleto de atribulações. A psicóloga constata, através dos relatos, que a emancipação feminina foi bastante eficiente no âmbito profissional, mas deixou a desejar no âmbito doméstico. O fato é que os homens cuidam muito pouco do lar e dos filhos. É a mulher quem conversa e instrui a babá, que faz a lista do supermercado, que vistoria as agendas dos filhos e os deveres de casa. Os homens entram para dar uma ajuda, de vez em quando. Porém, como nada é unilateral, a antropóloga Mirian Goldenberg (2000) diz que a mulher resiste em compartilhar o domínio doméstico com o marido. Se a mulher não pede, o marido não faz. Ela fica ressentida porque fantasia que ele irá, por livre e espontânea vontade, lavar a louça ou arrumar as camas. Situação que se transforma em uma crescente bola de neve ou uma panela de pressão prestes a explodir.

5. MATERNIDADE E PATERNIDADE

Em “Um amor conquistado: o mito do amor materno”, Badinter (1985) faz uma reflexão acerca da construção da subjetividade feminina e das transformações ocorridas ao longo do tempo, na concepção do papel materno. O amor materno nem sempre foi visto como uma lei universal da natureza. Segundo a autora, a maternidade tornou-se sinônimo de identidade feminina a partir do final do século XVIII. “*Será preciso apelar ao seu senso do dever, culpá-la e até ameaçá-la para reconduzi-la à sua função nutrícia e maternante, dita natural e espontânea.*” (Badinter, 1985: 144)

A mãe ganhou um papel de destaque jamais conquistado, dentro do ambiente familiar, porém, esse enaltecimento da maternidade sugere uma dose de dependência e submissão. A mulher passou a ser a única responsável na educação dos filhos e, por outro lado, a ausência dessa devoção tornou-se, cada vez mais, inconcebível no imaginário moral da sociedade. O papel paterno, até então vinculado à autoridade, foi perdendo, aos poucos, sua importância dentro da família.

Ainda no século XVIII, podemos observar uma considerável aproximação entre a esposa e seu marido. Primeiro, porque a moda do casamento por amor transformou a esposa na companheira querida. Segundo, porque a criança adquiriu uma maior relevância, dentro da sociedade, e, por isso precisava receber educação e cuidados para que pudesse desenvolver-se. Terceiro, porque a filosofia das Luzes incutiu uma verdadeira obsessão pela busca da felicidade, seguida pela valorização do amor.

Para as mulheres, o direito ao amor balançou o autoritarismo que as mantinha submissas. Através da possibilidade de escolha, precisavam ser educadas para tornarem-se aptas a melhor julgar. Precisavam aprender a pensar por si mesmas.

Fundado na liberdade, o novo casamento passou a ser o lugar perfeito para uma vida feliz, alegre e terna. A procriação era um aspecto importante dentro do casamento. Nesse contexto de amor entre os cônjuges, os filhos deveriam ser, espontaneamente, amados e protegidos por seus pais, que se tornaram os responsáveis pela felicidade ou infelicidade de sua prole. A família se voltou para si mesma, vivendo a intimidade, de uma forma jamais experimentada até então.

O amor materno, a sua devoção e cuidados passaram a ser o ninho afetivo que circunscreveu e refugiou a família.

“No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica. Podemos dizer, desde já, que o século XVIII a confirmou, acentuando a responsabilidade da mãe e o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa materna.” (Badinter, 1985: 179)

A família moderna centrou-se em torno da mãe, enaltecendo os laços afetivos familiares. Essa nova mãe deveria abrir mão dos seus desejos em benefício dos cuidados com os filhos, incluindo a amamentação, a higiene e a educação deles. A mulher ficou enclausurada no papel de mãe e a nobreza de suas tarefas foram exaltadas. Assim, ela tornou-se santa e prisioneira de seu próprio lar, até o surgimento do movimento feminista.

Na década de 50, as mulheres começaram, paulatinamente, a ingressar no mercado de trabalho. Podemos citar as razões econômicas, aliados ao isolamento em que a mulher se encontrava, juntamente com a crescente desvalorização dos trabalhos domésticos, a diminuição do número de filhos, além de novas expectativas e uma promessa de maior liberdade, como fatores que, em conjunto, motivaram a emancipação feminina. Dessa forma, em 1960, surgiu o movimento feminista que lutava pela igualdade de direitos das mulheres. Elas passaram a exigir uma maior responsabilidade dos homens na esfera doméstica, além de igualdade de oportunidades e de salários. As militantes feministas lutavam pelo

direito de escolha do rumo de suas próprias vidas e reivindicavam igualdade, através do slogan: “A igualdade na diferença.” (Badinter, 1985).

No entanto, esse clima de igualdade entre homens e mulheres que pode acontecer na esfera profissional, está muito longe de se concretizar dentro do lar. As mulheres trabalham fora e dentro de casa, acumulando uma dupla jornada de trabalho. Além disso, na disputa de salários entre o sexo masculino e o feminino, elas recebem salários 25% menores pelos mesmos empregos. As mulheres ainda continuam as responsáveis pelo bom andamento da casa, dos filhos e do bem-estar de seus maridos que, por sua vez, pouco participam das tarefas domésticas.

Atualmente, após a separação dos pais, as crianças são criadas, na maioria das vezes, pela mãe, por ela e seu atual cônjuge, ou pela mãe e seus parentes mais próximos. De acordo com a pesquisa encomendada pelo Datafolha e publicada na *Folha de São Paulo*, em forma de suplemento especial “... as organizações consideradas até pouco tempo incomuns envolvem hoje milhões de brasileiros. São 3,2 milhões de mães solteiras: 1,7 milhão criam seus filhos sozinhas e 1,5 milhão, na casa dos pais” (Folha de São Paulo / Datafolha, 1998).

A pesquisa também relata a crescente importância da mãe em nossa sociedade, pois ela “... conjuga afeto e autoridade. É quem conversa ou bate nos filhos, conforme a necessidade. Cuida da casa, mas também é provedora. Em resumo, ela joga em todas as posições. A mãe é tudo.” (Folha de São Paulo / Datafolha, 1998). O pai, por sua vez, deixou de ser o único provedor da família, porém não assumiu novas funções na relação familiar. Os dados mostram que, embora o homem esteja dividindo com a mulher o sustento da casa, ele não participa, efetivamente, das ocupações domésticas, limitando-se a tomar parte das “... atividades de lazer com as crianças e até as compras, mas não lavam roupa nem ajudam os filhos com a lição de casa.” (Folha de São Paulo / Datafolha, 1998).

Embora os tempos sejam outros, parece que continuamos presos, de maneira relutante, ao enfoque que vigorava anteriormente, no qual os homens

pertenciam à esfera pública e as mulheres à esfera privada. Podemos observar que o pai costumava aparecer como uma pessoa distante dos filhos e que sua principal função era a de prover as necessidades materiais de sua família, mantendo uma relação menos íntima com as crianças. A mulher, por sua vez, desenvolvia com os filhos um relacionamento baseado no afeto e na proteção.

Os dados referentes ao Censo 2000 (IBGE) confirmam duas tendências de organização da família brasileira: a redução do tamanho da família e o aumento do número de famílias sob responsabilidade feminina.

Do total de 48,2 milhões de famílias existentes no Brasil, 26,7% estão sob a responsabilidade da mulher, o que corresponde a 12,8 milhões de famílias. No Censo de 1991, de acordo com os números divulgados pelo *Anuário Estatístico Brasileiro*, elas eram responsáveis por 7,7 milhões de famílias, ou 20,5% do total de 37,5 milhões. O crescimento deste tipo de família pode ser explicado por dois fatores principais: a longevidade da mulher, oito anos mais alta que a do homem, e a maior autonomia econômica adquirida nas duas últimas décadas.

Outra hipótese que pode ser levantada para tentar explicar o aumento de lares geridos somente pela figura materna encontra respaldo, na pesquisa apresentada na revista *Veja* de 10 de julho de 2002, sob o título: “Esse casal viverá feliz por dez anos”. O artigo apresenta um estudo realizado pelo Instituto de Psicologia de Universidade de São Paulo sob a coordenação do professor Ailton Amélio da Silva. Segundo dados estatísticos do IBGE, 70% dos matrimônios duram em torno de dez anos. Após a separação, o homem tem de 35 a 40 anos e a mulher está por volta dos 35 anos. O homem tende a recasar-se, mais rapidamente e com mulheres mais novas. O relatório do Censo fala na “dificuldade de recasamento das mulheres”. A mulher, após a separação, fica com os filhos, assumindo a responsabilidade pela casa e pela educação deles. Ela irá demorar mais tempo para recasar-se. De acordo com a pesquisa, uma mulher com menos de 30 anos e sem filhos volta a se casar três anos depois da separação. Caso ela tenha filhos, pode demorar em média quatro anos e meio

para entrar em um novo casamento. O professor afirma que, em nossa sociedade, as crianças assustam os pretendentes.

No entanto, além das hipóteses acima apresentadas, poderíamos pensar também que as mulheres estão, cada vez mais, exigentes e seletivas, ao buscarem um companheiro. Preferem, muitas vezes, a solidão e a companhia das amigas e familiares a um homem com as características estereotipadas de personalidade masculina: ambicioso, agressivo, competitivo, racional, individualista etc.

5.1 A paternidade e a identidade masculina

A questão da paternidade vem ganhando destaque nas pesquisas, devido às demandas atuais em se compreender a importância de uma nova elaboração das funções paterna e materna em nossa sociedade. O assunto surge juntamente com a deflagração de uma crise da masculinidade que, de acordo com Nolasco (1993), encontra seu fio condutor na paternidade. É, através da relação com os filhos e da sua participação dentro de casa, que o homem revive experiências circunscritas ao seu ambiente familiar de origem. O exercício da paternidade, incluindo os cuidados corporais e as necessidades afetivas dos filhos, pode ser um caminho para a construção de um novo homem, uma vez que uma das características do modelo tradicional de masculinidade, é a dificuldade que os homens têm de expressar afeto e ternura. “*A paternidade se destaca como aquela em torno da qual se define a principal direção de mudança.*” (Nolasco, 1993: 149).

Goldenberg (2000) levanta a possibilidade de os homens, hoje, viverem uma situação inversa da qual foram criados. Até bem pouco tempo atrás, os relacionamentos entre pais e filhos eram marcados pelo distanciamento e por uma postura autoritária do pai com seu filho. Hoje em dia, assistimos e estimulamos a proximidade do contato entre ambos, incentivando a

demonstração de afeto e a participação ativa, durante o crescimento das crianças. Talvez estejamos presenciando uma maior flexibilidade nos papéis paterno e materno, que podem sair dos estereótipos rígidos e experimentar novas situações.

Salem (1987) apresenta “O casal grávido” como um novo ideal de participação do homem como genitor. Nesse padrão, espera-se que o homem acompanhe, ativamente, todo o processo de gravidez e parto, incluindo cursos de preparação, com um investimento afetivo igual ao da mulher. O filho é visto como um indivíduo psíquico que precisa deste novo pai, mais próximo e envolvido com a criação e o cotidiano. A autora conclui que, mais do que maternidade e paternidade, o projeto do “Casal grávido” diz respeito a um ideal de conjugalidade igualitária.

Em relação à paternidade, Fein (1978) apresenta três perspectivas diferentes: a tradicional, a moderna e a emergente. Dentro da perspectiva tradicional, encontramos o pai como provedor, que oferece suporte emocional à mãe, mas não se envolve diretamente com os filhos, exercendo o modelo de poder e de autoridade. Já a perspectiva moderna enfatiza o papel do pai no desenvolvimento moral, escolar e emocional. A perspectiva emergente origina-se na idéia de que os homens são, psicologicamente, capazes de participar ativamente nos cuidados e na criação das crianças. O autor também relata, através de pesquisas realizadas, que para alguns homens o divórcio pode ser uma boa oportunidade para aproximá-los de seus filhos. Assim sendo, Fein (1978) enfatiza a importância do pai no desenvolvimento das crianças e as consequências e prejuízos de sua ausência, atingindo desde a aquisição da identidade de gênero até a performance acadêmica. Segundo o autor, pesquisadores estão explorando a idéia de que a vida das crianças fica melhor, se tiverem a oportunidade de desenvolver e manter relacionamentos com adultos de ambos os sexos.

A matéria encomendada pelo Datafolha e apresentada na *Folha de São Paulo*, em 20 de setembro de 1998, sob o título “Família”, corrobora a visão

apresentada por Fein (1978). No segmento que tratava do papel paterno em nossa sociedade, temos a seguinte constatação :

“As mudanças na família brasileira, como o aumento da participação da mulher na divisão de responsabilidades e a crescente ausência do homem, têm criado confusões prejudiciais às crianças. Entre as conseqüências está a delinqüência juvenil. O enfraquecimento da figura paterna tem levado o pai a se distanciar da família. Pesquisa mostra que os lares de 48% dos infratores da Febem foram abandonados pelo pai.” (1998)

Goldenberg (2000), ao analisar o mesmo artigo, ressalta:

“Cabe lembrar que a figura do pai está ausente em grande número de famílias, o que não gera, necessariamente, delinqüentes juvenis, pois outras pessoas cumprem o papel de educar e orientar as crianças, talvez com mais afeto e equilíbrio do que teriam os pais, muitas vezes violentos, apesar de presentes.” (Goldenberg, 2000: 22)

Dessa forma, podemos pensar que outra pessoa do sexo masculino e que mantém um contato freqüente e afetivo com a criança, também pode servir como modelo paterno. Essa pessoa pode ser um avô, tio, algum parente próximo ou o companheiro da mãe.

Muitos pais também encontram, após a separação, a possibilidade de desenvolver um relacionamento mais próximo com seus filhos.

“O homem, muitas vezes, não quer viver, de jeito nenhum, o papel do pai da Branca de Neve, aquele que, de tão ausente, nem sabia que a madrasta tinha expulsado sua filha do castelo. Muitas vezes vamos encontrar homens que, somente após o divórcio, descobrem uma paternidade ativa, atuante e divertida. Eles percebem como é bom ser pai e como seus filhos pedem a ajuda daquele confidente e amigo. Começam a compartilhar momentos de decisão com as crianças e descobrem sentimentos que desconheciam em si mesmos.” (Brun, 1999: 104-105)

Para Corneau (1995), o medo da intimidade, a falta de contato com os próprios sentimentos e a agressividade reprimida ou exaltada são problemas cruciais que se apresentam, pois, se o homem não tem relação com seu pai, não consegue estabelecer a sua própria identidade. A criança, segundo o autor, inicialmente, precisa reconhecer-se nos pais e ser reconhecida por eles, construindo, a partir das identificações com eles, a sua própria identidade. Quando essa construção não é feita, o sujeito irá buscar uma segurança exterior, com o intuito de compensar a insegurança interior relativa à sua identidade.

De acordo com Corneau (1995), a paixão do homem pelo poder significa a necessidade de apoiar-se em algo para provar aos outros a sua masculinidade. Quanto maior for a insegurança interior, maior será a busca pela segurança exterior. Essa máscara aprisiona a sensibilidade masculina, ao mesmo tempo que mantém o homem escravo dos modelos sociais.

Corroborando o ponto-de-vista do autor supracitado, podemos afirmar que as crianças de hoje precisam de carinho e compreensão, além de um pai presente, que lhes sirva de referência acerca do universo masculino. Alguém capaz de dar ressonância às questões emocionais, sociais, afetivas e cognitivas dos filhos.

O modelo tradicional de pai, calcado na figura autoritária que exige disciplina a qualquer custo, parece estar sendo, aos poucos, reformulado. A discussão em torno da nova identidade masculina vem crescendo, dentro e fora do âmbito acadêmico, e se tornando alvo de debates na sociedade contemporânea.

A paternidade ajuda a inserir o homem em seu contexto social, ajudando na construção da identidade masculina. As demandas parecem estar mudando. O modelo tradicional de pai distante, provedor e autoritário está abrindo caminho para a chegada de um pai mais participativo e, emocionalmente, envolvido nas questões de sua prole. Porém, essas transformações removem sentimentos e relacionamentos. Ao tornar-se pai, o homem irá resgatar a experiência que teve com o seu próprio pai, o que, muitas vezes, pode gerar sofrimento e desconforto.

“É difícil para um homem elaborar a condição de pai e abdicar da condição anterior, que, ainda que fantasiosamente, o mantinha com o status de “filho”. Surgirão novas demandas materiais e afetivas, como também novas formas de prazer, mas para tê-las será necessário fazer com o filho uma aliança de cumplicidade.” (Nolasco, 1993: 165)

Para Corneau (1995), o pai tem três papéis a desempenhar com seus filhos. O primeiro é o de “separar” a criança de sua mãe e vice-versa. O pai entra na vida dos dois, rompendo a simbiose estabelecida e coloca um limite na vida da criança, ao reivindicar a mãe para si próprio também. A relação triangular pai – mãe – filho sempre implica em conflitos. Todavia, esses conflitos são fundamentais e construtivos, quando vivenciados de modo saudável e respeitoso. A ausência do pai, ou seja, quando ele recusa esse papel “conflitogênico” que lhe foi conferido, cria uma enorme dificuldade em se organizar essa tríade familiar. Aqui também podemos ressaltar, como fundamental, a origem da individuação do sujeito, a partir do limite inscrito pelo pai.

O segundo papel apresentado pelo autor é o de instruir e ajudar a confirmar a identidade de seu filho ou filha. O investimento paterno destinado ao menino e à menina lhes dá segurança e auto-estima. Winnicott (1982) destaca a importância do pai, não só como apoio emocional à mãe (através de uma boa relação entre ambos), mas como a pessoa que sustenta a lei e a ordem na vida da criança (através da relação direta que estabelece com os filhos e das experiências compartilhadas), e, também, à medida em que se oferece como objeto de identificação para eles.

Segundo Corneau (1995), o terceiro papel do pai é o de transmitir “*a capacidade de receber e de interiorizar as emoções e os afetos, de carregá-los consigo*”. (Corneau, 1995: 51) Esse contato aproxima pais e filhos e gera cumplicidade, além de uma relação baseada no afeto e nas emoções. As experiências cotidianas de intimidade, juntamente com o exercício dos três papéis propostos pelo autor, ajudam o pai a vincular-se ao seu filho.

Para o autor, a identidade masculina, afirmada através da força e da invencibilidade, vem sendo questionada, abrindo novas possibilidades para o homem entrar em contato com um universo desconhecido. Todavia, ele encontra-se fragilizado, porque não sabe lidar com as suas emoções, além de não ter aprendido a expressar os seus sentimentos, nem tampouco mostrar-se inseguro e com medo, visto que foi educado para dar conta de tudo. O homem está assustado, obcecado pela realização profissional e pela obrigação de garantir o prazer feminino. Já a mulher, estimulada historicamente a agir de maneira mais delicada e a limitar seus domínios ao lar, tem, hoje, muito mais jogo de cintura em suas relações profissionais, sociais e familiares.

Talvez estejamos caminhando para uma sociedade na qual o homem poderá expor as suas incertezas, os seus afetos e angústias. A afetividade não é sinônimo de fragilidade e pode ajudar o homem a não se sentir tão pressionado pelo papel que precisa desempenhar.

Para Dorais (1994), o pai de hoje enfrenta três grandes desafios, esteja ele em uma família monoparental, biparental, reconstituída ou ainda exercendo uma paternidade fruto das proezas da biotecnologia. O primeiro desafio relaciona-se com a constância da figura parental que, mesmo diante das mudanças familiares e sociais, deverá construir um vínculo com seu filho. O segundo diz respeito a uma adaptação às demandas atuais, já que o pai precisa estar mais presente na vida de seu filho, dividindo tarefas e impondo limites, juntamente com a mãe. Essas novas práticas de criação possibilitam a participação de ambos, ocorrendo uma complementaridade e um maior compromisso em prol do bem-estar das crianças. O terceiro desafio surge, a partir das técnicas desenvolvidas de reprodução humana assistida.

De acordo com Badinter (1993), existe uma luz no fim do túnel e o patriarcado está com os seus dias contados. Esse “novo pai” deseja romper com o modelo que viveu em sua própria infância, em que a figura masculina era vista como fria e distante. Algo a ser considerado, atualmente, diz respeito à perda do contato, no caso do divórcio, com o genitor que não detém a guarda dos filhos,

em geral, o pai. Nesse caso, embora tenhamos mencionado que, em muitas situações, o pai passa a participar mais da vida dos filhos do que quando morava com eles, o contato também pode diminuir, propiciando vínculos frágeis, além de uma visão estereotipada, falsa e cheia de idealizações por ambas as partes. Será que homens e mulheres, ditos maduros, podem abrir mão de suas questões pessoais com o intuito de preservar e alimentar um relacionamento saudável com seus filhos? De acordo com Dorais (1994), a indiferença, o abuso ou a rejeição por parte do pai corroboram com o fato da masculinidade ser mal formulada e transmitida de pai para filho. A partir de novos arranjos que compõem a sociedade contemporânea, o autor discute acerca da paternidade biológica e social:

“O laço biológico entre pais e filhos não garante mais a ligação permanente entre eles. Quando as uniões se desfazem, diversos pais que não obtém ou que não querem a guarda terminam, simplesmente por não dar mais sinal de vida aos filhos... Inversamente, à medida em que as famílias reconstituídas se multiplicam, os homens devem manter relações parentais com os filhos de outra parceira, crianças com as quais não têm laços biológicos. (Dorais, 1994: 80)

Tais mudanças podem ter grande repercussão no exercício da paternidade, pois marcam a passagem da paternidade biológica a uma fundada nos laços sociais e afetivos. Assim, o homem precisará encarar esse novo desafio que será o de acolher os filhos de um outro homem e, ao mesmo tempo, preservar e alimentar o vínculo com os seus.

5.2 Paternidade – da atitude ao comportamento

Segundo Jablonski (1998), os efeitos da emancipação feminina junto aos homens podem ser divididos em duas áreas: a das atitudes e a dos comportamentos. No que diz respeito às atitudes, notamos um crescente

interesse dos homens em participar, cada vez mais, da educação e dos cuidados com os filhos, porém, ao passarmos para o campo dos comportamentos, ou seja, da ação propriamente dita, as divisões de tarefas parecem uma utopia, como se houvesse uma promessa de mudança que não é cumprida, aumentando a frustração das mulheres. De acordo com o artigo publicado no Jornal *Le Monde* (2000), 80% dos pais não participam em quase nada no que diz respeito à educação e aos cuidados infantis e muito menos nos afazeres domésticos.

Pleck (1997) confirma, em suas pesquisas, que a mulher tem convocado cada vez mais seu companheiro a participar da educação e dos cuidados destinados à prole. Ele encontrou fatores que podem ajudar ou atrapalhar na hora de se fazer presente, como, por exemplo, a idade (filhos pequenos sensibilizam mais do que adolescentes), o sexo dos filhos (meninos também parecem receber mais atenção) e o dia da semana (fins de semana parecem o momento mais apropriado para que o pai exerça a sua função).

Muitas mulheres sentem-se traídas e sobrecarregadas, visto que esse clima de divisão igualitária dos papéis que é belíssimo na teoria, mas não acontece na prática, contribui para que a mulher sinta-se cada vez mais solitária nas funções diárias. Esse isolamento atual, no qual o contato com os parentes, vizinhos e amigos vai ficando cada vez mais escasso, aponta para o surgimento de sentimentos negativos, tais como, uma solidão a dois, frustração, tédio, aborrecimento, cansaço, raiva e tensão por parte das mulheres.

Para Jablonski (1999), a passagem das atitudes ao comportamento não tem ocorrido, satisfatoriamente, nem de maneira qualitativa e nem quantitativa. O homem parece estar confuso diante de tantas mudanças e a elaboração desse novo papel ocorre, lentamente. O diagnóstico, aliado às queixas femininas, que exigem uma divisão mais igualitária de funções, parece ser o primeiro passo em direção a mudanças mais eficazes.

5.3 Quantidade versus qualidade

Conforme vimos no segmento acerca da paternidade e da identidade masculina, o papel do pai vem-se modificando em nossa sociedade. Aquele modelo tradicional, caracterizado principalmente pela função de provedor do lar, que se encontrava distante das questões rotineiras de seus filhos, vem cedendo espaço para um pai mais preocupado com os cuidados e a educação de sua prole (Lamb, 1987). Essa “nova paternidade” ou “paternidade responsável” (Jablonski, 1999) vem sendo alvo de inúmeras pesquisas que examinam o envolvimento cotidiano e os efeitos qualitativos na relação pai – filho.

Alguns autores como Almeida, Wethington & McDonald (2001) afirmam que, ao dedicar tempo envolvendo-se de fato com os assuntos do filho, o pai tem a oportunidade de desenvolver e manifestar o seu afeto, propiciando uma relação mais íntima entre ambos. Os filhos, por sua vez, tendem a buscar apoio emocional dos pais que participam de suas vidas. Dessa forma, o tempo que os pais dedicam aos seus filhos está associado à capacidade de prover suporte emocional a eles.

A quantidade de tempo dedicado aos filhos nem sempre sugere uma relação de melhor qualidade entre pais e filhos. Ao elevar, porém, a quantidade de tempo destinado às atividades cotidianas dos filhos, os pais, aumentam sua autoconfiança e sua capacidade de dar suporte emocional às crianças. (Almeida, Wethington & McDonald, 2001).

A qualidade da interação entre pais e filhos é um componente vital da paternidade, que, por sua vez, promove o desenvolvimento saudável dos filhos. As crianças que recebem cuidados, carinho e suporte emocional dos pais, geralmente possuem uma boa auto-estima e são estáveis, emocionalmente.

Já mencionamos, anteriormente, o fato concreto da distância entre pais e filhos após a separação. Todavia, muitos pais também podem estar distantes de seus filhos, embora estejam presentes, fisicamente. O que nos parece fundamental é a efervescência com que o tema da paternidade vem sendo

abordado, criando um espaço para se discutir acerca do papel do pai e da mãe em nossa sociedade. Até bem pouco tempo atrás, não se falava em ausência paterna, como se o natural fosse o pai estar mesmo ausente.

Parece que o pai, aos poucos, está entrando no cenário familiar. Ele começa a reivindicar maior contato com os filhos, além de se tornar acessível e de criar uma relação próxima com a sua prole. Essa relação, no caso dos pais separados, pode ser um pouco mais complexa, pois envolve questões concretas (o fato de não morarem mais na mesma casa), além de outras menos palpáveis (como foi vivenciado o casamento e a separação dos pais).

Muitos pais participam de atividades de lazer e recreação com a sua prole, o que permite compartilhar emoções com as crianças. Para Almeida, Wethington & McDonald (2001), existe uma troca positiva entre pais e filhos que influencia no desenvolvimento social e emocional de ambos. A paternidade oferece aos homens a possibilidade de entrar em contato com o universo das emoções, algo que foi renegado, durante bastante tempo, pela figura do “machão”. Para estes autores, o envolvimento existente na relação pai-filho possui um caráter estimulante, pois permite que o pai entre em contato com o mundo das emoções, além de lhe proporcionar mais segurança à sua função paterna.

Refletindo sobre a questão da qualidade versus a quantidade de tempo dedicado à educação dos filhos, para Lamb (1987), e em consonância com outras pesquisas, cada hora de envolvimento ativo do pai com seus filhos, corresponde a uma média de três a cinco horas dedicadas pela mãe. Nosso propósito é o de ampliar essa reflexão de quantidade e qualidade para o relacionamento, envolvendo o pai que não mora com os filhos, com o intuito de pensarmos em maneiras alternativas de lidar com a distância, amenizando a quantidade de tempo dedicado aos filhos, através de uma vivência de maior qualidade e envolvimento nos aspectos relacionados à vida das crianças. Uma paternidade baseada na cumplicidade gera segurança no relacionamento entre pais e filhos. O pai, verdadeiramente comprometido com todas as questões de seus filhos, tem a

possibilidade de entrar em contato com uma série de emoções e sentimentos. Essa troca entre pais e filhos propicia prazer a ambos.

Aldous, Mulligan & Bjarnason (1998) sugerem que a frequência e a forma de interação entre pais e filhos exercem um papel importante no desenvolvimento das questões sociais, emocionais e cognitivas dos filhos.

Com relação à separação, Ramires (1997) relatou ter encontrado, na entrevista com alguns pais separados, a afirmação de que o relacionamento com os filhos vai melhorando qualitativamente, após o divórcio, pois o tempo passado juntos é realmente dedicado às crianças, o que proporciona um aumento na intimidade e cumplicidade entre pais e filhos. Podemos supor que, devido ao pouco contato existente entre o pai e seus filhos, após a separação, ele busque uma vivência de maior qualidade, justamente para compensar a sua ausência diária. A autora também afirma que todos os homens participantes de sua pesquisa tinham como referência, ao se relacionar com os filhos, seus próprios relacionamentos com os pais. Eles confirmaram que o exercício da paternidade também depende das experiências vividas com seus pais e de como introjetaram o modelo paterno. Embora criados dentro da visão tradicional de papéis familiares, surge no discurso masculino uma preocupação em reformular o modelo vivenciado, ao invés de simplesmente o reproduzirem.

Fein (1978) também relata, através de pesquisas, que para alguns homens o divórcio é a oportunidade de se aproximar e participar ativamente na criação de seus filhos. Aqui vale ressaltar uma certa dicotomia na postura das mães a esse respeito, pois, se por um lado exigem maior participação do pai na vida dos filhos, por outro, existe uma resistência em deixá-los agir. É como se a mudança das atitudes ao comportamento, sugerida por Jablonski (1999), também englobasse o universo feminino.

Em muitos casos, a dificuldade em se lidar com a separação, assim como o próprio processo de desvincular-se desse relacionamento, podem colaborar para que as mães afastem o contato entre pais e filhos. Não podemos quantificar o sofrimento envolvido em cada separação, muito menos o grau de maturidade

dos casais. Podemos apenas observar que o tempo parece ser o melhor remédio nesses casos, permitindo, posteriormente, que a situação se acalme e os pais consigam relacionar-se entre si e com os filhos, de maneira benéfica à todos. O afastamento físico dos filhos pode gerar uma série de conflitos e ansiedades nesses pais. Primeiro, porque essa vivência atual os remete ao próprio relacionamento com seus pais. Segundo, porque pode haver uma série de expectativas em relação à constituição da sua própria família e à criação dos filhos. Em suma, aspectos de relacionamentos anteriores introjetados somam-se aos aspectos práticos para formar o tipo de pai que cada um pode e quer ser.

Outro fator, mencionado anteriormente, diz respeito ao aumento do número de pais separados que pedem a guarda dos filhos na justiça. Talvez o homem esteja procurando romper com aquele papel de provedor, ao qual estava acostumado, com pouco envolvimento afetivo com os filhos.

A ausência pode ser encarada como rejeição, em alguns casos, e, em outros, pode suscitar na mãe uma enorme necessidade de preencher tal falta. A estrutura das funções paterna e materna é fundamental e a criança irá buscar por si mesma alguém que exerça tais funções. Conforme relatado anteriormente, no caso da ausência paterna, a criança pode encontrar essa função em um tio, avô, parente próximo ou no novo companheiro da mãe.

Sob outra vertente, Harris (1998) postula a importância crucial que as crianças têm sobre a formação da personalidade umas das outras. Assim sendo, para a autora, as crianças aprendem e se identificam muito mais entre si do que com seus pais, ou seja, o ambiente social é, no mínimo, tão importante ou mais do que os pais.

Apoiada por estudos genéticos que demonstraram que 50% das nossas habilidades e tipos de personalidade são adquiridos geneticamente, Harris (1998) afirma que os outros 50% são contribuições do meio-ambiente, em que estamos inseridos. Segundo a autora, é na interação entre as crianças que elas aprendem a se defender e se expressar, tendo suas personalidades moldadas através do contato com seus amigos. Ela enfatiza a importância dos amigos em detrimento

da família, afirmando que a suposição de que a alimentação, a educação, a criação e o afeto dos pais para com seus filhos nos impossibilitou de enxergar a força que o meio-ambiente exerce no desenvolvimento humano. Para a autora, o comportamento dos meninos e das meninas resulta dos grupos de socialização a que pertencem. São esses grupos que vão determinar como as crianças irão construir a sua identidade e como se comportarão em casa.

Sem dúvida, a abordagem de Harris (1998) é interessante e deve ser levada em conta. Parece-nos, porém, um tanto exagerada e simplista. Ao designarmos a formação da personalidade das crianças em 50% de carga genética e o restante proveniente dos relacionamentos entre as crianças de sua convivência, não resta absolutamente nada que os pais possam fazer em relação aos seus filhos. Cairiam assim, por terra, conceitos relativos à educação, ao exemplo que os pais dão aos filhos, além do amor, da dedicação, do carinho e do diálogo e apoio emocional. Qual seria, dentro dessa abordagem, a função do pai e da mãe?

6. A SEPARAÇÃO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Furstenberg & Nord (1985), pesquisando acerca dos cuidados que o pai/mãe biológico exercem, à distância, e de novos padrões de criação dos filhos, após o rompimento do casamento, revelam que a sociedade norte-americana não está preparada para lidar com as mudanças ocorridas no perfil da família contemporânea. De acordo com as estatísticas apresentadas no artigo dos autores supracitados, a metade dos casamentos atuais termina em separação. Com isso, a expectativa de permanência conjugal deu lugar a um padrão de sucessões conjugais, já que a maioria dos indivíduos irá casar-se novamente.

Furstenberg & Nord (1985) também afirmam que o recasamento do pai também reduz o convívio com os filhos biológicos de casamentos anteriores, confirmando a hipótese de que essa teia complexa de relacionamentos está expandindo-se, cada vez mais, e que a paternidade biológica pode estar perdendo terreno (no caso da separação) para a paternidade social, ou seja, possibilitando que a criança crie laços afetivos com outras figuras masculinas (o namorado ou novo marido da mãe, algum parente próximo que exerça a função paterna).

O recasamento, como vimos, cria relacionamentos ainda mais complexos, pois pais/mães biológicos precisam aprender a compartilhar seus filhos com os pais/mães sociais. Desse modo, a sucessão conjugal aumenta a lista das pessoas envolvidas nos cuidados e na educação dos filhos. Todavia, em geral, os filhos têm-se mostrado habilidosos ao lidar com essa complexidade, pois, ao perceberem o comprometimento com a manutenção do relacionamento por parte dos pais que não obtém a custódia, eles reconhecem o envolvimento e aprendem a lidar com a situação (Furstenberg & Nord, 1985).

O recasamento também traz consigo o desejo de se criar uma nova família, visto que esse modelo, quer queiramos ou não, continua enraizado dentro de nós. Um novo casamento é um desafio e uma promessa de esperança. Esse novo casal estará criando as suas regras de convivência, reformulando

conceitos e ultrapassando obstáculos para conseguir harmonia entre si e entre os “meus, os seus e os nossos” filhos.

“Acredito na importância e na arte de viver uma relação e na possibilidade de um casal se separar e buscar ser feliz num outro contexto familiar. Essas tentativas podem ser frustradas por mutilações e destruições, ou podem ser desenhadas eticamente e, sobretudo, cuidadosamente.”
(Brun, 1999: 13)

De acordo com as análises prévias do NSC (*National Survey of Children*, 1981) apresentadas na pesquisa de Furstenberg & Nord (1985), foi estimado que quase a metade das crianças não vive toda a sua infância com ambos os pais biológicos. Além disso, o padrão de recasamento que encontramos na sociedade contemporânea mostrou que veio para ficar.

Em relação a pesquisa realizada pelos autores supracitados, a maioria dos pais, após a separação, não procura manter contato regular com os filhos. Nessa amostra de crianças, 49% afirmaram não ter estado com o pai não-residente, durante o ano anterior. E apenas um em cada seis afirmaram manter contato semanal com ele. Os dados relativos a essa pesquisa apontam para o papel limitado exercido pelos pais que não moram com seus filhos. Três entre cinco crianças não tinham visto seus pais biológicos não-residentes, no último mês. No entanto, no caso da separação recente, é mais provável que a criança se encontre um número maior de vezes com o pai/mãe que não obtém a guarda. Exceto pelo período que sucede, imediatamente, a separação, as crianças comentam a falta de contato com os pais. A média de apenas duas visitas por mês pode indicar a existência de um estado transitório para alguns pais não-residentes entre um período de envolvimento intenso e, posteriormente, a um de maior distanciamento (devido ao recasamento ou ocasionado por alguma possível mudança geográfica, algo mais comum nos Estados Unidos do que no Brasil).

A maioria das crianças relatou não dormir na casa do pai não-residente e não ter lugar para guardar roupas e objetos pessoais nela. Mais da metade dos

entrevistados (58%) disseram jamais ter visitado a casa nova. Os telefonemas também são esporádicos, assim como as visitas, que tendem a diminuir, à medida que aumenta o tempo da separação. Embora sugerida na mídia, os filhos de casais separados, raramente, têm duas casas.

Outra constatação demonstra a característica dos encontros, em sua grande maioria voltados para o lazer. Aqui, vemos que a participação do pai não-residente nos trabalhos escolares ou em atividades diárias, é praticamente inexistente, restringindo seu contato ao entretenimento e excluindo-se da rotina de cuidados e da educação dos filhos. Parece ser muito mais fácil brincar do que educar.

Essa isenção de responsabilidade fala sobre o tipo de relacionamento estabelecido entre pais e filhos nessas circunstâncias, possibilitando a criação de vínculos frágeis. Será que, após a separação, além de considerarem os cônjuges como ex, as crianças entram na categoria de ex-filhos? Estes, por sua vez, parecem acumular ao invés de substituir pais, pois ao listarem os membros de suas famílias, incluem tanto os pais biológicos, quanto os padrastos. Será que a memória dos adultos é mais curta do que a das crianças? De acordo com a pesquisa realizada por Furstenberg & Nord (1985), um entre vinte adultos consideravam seu ex-cônjuge como alguém da família. Essa descoberta alerta para possíveis complicações no processo de socialização entre pais e filhos, em suas famílias de origem.

Outro dado interessante aparece, quando se investiga a relação dos pais biológicos, após a separação. A comunicação entre os dois é mínima, indicando que o padrão de cooperação nos cuidados infantis, tão exibido na mídia, é de fato raro. Para piorar ainda mais a situação, essa comunicação é feita, através dos filhos, que passam a intermediar o relacionamento de seus pais. Essa comunicação indireta pode indicar também uma estratégia para reduzir o desgaste e as discussões entre os adultos. No entanto, quando aumenta o envolvimento do pai não-residente com seus filhos, as reclamações da mãe sobre a pouca responsabilidade ou ausência do pai diminuem consideravelmente.

King & Heard (1999) afirmam que as mães ficam extremamente satisfeitas e propensas a estimular e cultivar o vínculo entre o pai e seus filhos, após a separação, quando não vivenciam problemas financeiros e podem contar com o ex-marido para dar apoio emocional aos filhos. Em contrapartida, as mães mais ressentidas são aquelas cujos ex-maridos não mantêm contato com os filhos e não os ajuda, financeiramente. Quando os pais permanecem na vida dos filhos, eles podem colocar limites, além de supervisionar o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças. Com isso, as mães sentem-se menos sobrecarregadas e podem dividir as inúmeras responsabilidades relacionadas à educação de seus filhos. Os autores, acima mencionados, também afirmam que a satisfação materna em relação ao pai, após a separação, é um elemento crucial que irá beneficiar a adaptação do filho a essa nova situação. Dessa forma, mães infelizes e insatisfeitas podem transmitir esses sentimentos aos seus filhos.

Os pais influenciam seus filhos, tanto pelo jeito como se comportam em relação a eles, quanto pela maneira como interagem com seus ex-cônjuges. Assim, o relacionamento entre os pais também precisa ser considerado, quando se aborda a questão das visitas feitas ao filho e o seu bem-estar. O filho que é colocado no meio do fogo cruzado entre pai e mãe pode, em algum momento, ficar confuso por não saber de quem deve gostar e em qual dos dois pode confiar.

“Quem se separa é o par amoroso, o casal conjugal. O casal parental continuará para sempre com as funções de cuidar, de proteger e de prover as necessidades materiais e afetivas dos filhos... Costumo afirmar que o pior conflito que os filhos podem vivenciar, na situação da separação dos pais, é o conflito de lealdade exclusiva, quando exigida por um ou por ambos os pais.” (Féres-Carneiro, 1998: 387)

King & Heard (1999) se debruçam sobre o contexto e as condições nas quais as visitas podem promover o bem-estar das crianças. Os estudos que examinam o efeito direto do conflito dos pais no bem-estar dos filhos, comumente reportam uma associação negativa, embora esse efeito, em geral,

não seja particularmente forte. Nem todo tipo de conflito é mau, pelo contrário, ele pode indicar que o pai continua presente na vida de seus filhos. A ausência paterna, em contrapartida, não, necessariamente, indica que os pais se dêem bem, pois, podem estar tentando evitar situações que gerem ansiedade e hostilidade. De fato, a maior parte dos relacionamentos envolve algum tipo de conflito. Ele pode variar no seu conteúdo, frequência, intensidade e solução, assim como no quanto as crianças são expostas diretamente a ele. No caso do conflito ser aberto e agressivo, provavelmente afetará os filhos. Quando os pais cooperam nos cuidados infantis, os filhos, normalmente, demonstram um ajuste positivo, independente da existência de desentendimentos entre os pais.

O divórcio implica, não somente na dissolução de vínculos matrimoniais, como também em um afastamento no que diz respeito aos cuidados infantis. Assim, os pais não-residentes, muitas vezes, abrem mão da autoridade em tomar decisões e exercem pouca influência direta na educação da criança.

Embora as mães reclamem do baixo nível de envolvimento e da pouca responsabilidade assumida pelo pai que não mora mais com os filhos, essa insatisfação tende a diminuir muito, quando há o contato entre ele e os filhos. Dessa forma, mesmo que o aumento das visitas proporcione conflitos, também traz consigo maior satisfação materna. Essa satisfação também tende a refletir positivamente, no comportamento do pai, fato que certamente beneficia as crianças. O nível de satisfação materna pode ser considerado importante porque influencia nas visitas e, conseqüentemente, no bem-estar dos filhos. Talvez, quando há muitos encontros com o pai não-residente e a mãe esteja satisfeita, seja a situação mais benéfica para a criança. Em oposição, a pior situação ocorre, quando as mães estão insatisfeitas, embora o pai visite seus filhos, freqüentemente. De acordo com a pesquisa, crianças vivendo nesse contexto tendem a apresentar problemas de comportamento, o que nos faz pensar em um possível conflito de lealdade vivido por elas em relação aos pais. Essas descobertas apontam para a importância de se considerar a satisfação da mãe, quando está em jogo o bem-estar de sua prole.

A pesquisa realizada por King & Heard (1999) busca averiguar a satisfação materna no que tange aos encontros entre o pai não-residente e seus filhos e, conseqüentemente, procura investigar sobre o bem-estar das crianças. Os resultados mostram que a maioria das mães ficam satisfeitas, quando os encontros entre o pai e seus filhos são freqüentes, após a separação, demonstrando um envolvimento entre eles. Esses pais tendem a dar suporte financeiro, a participar nas decisões acerca dos cuidados e da educação dos filhos e se comunicar bastante com eles. Os pais que têm pouco contato pessoal com os filhos, raramente compensam de outra forma, através de telefonemas ou cartas, gerando raiva e ressentimento nas mães.

Em contrapartida, Marsiglio, Amato, Day & Lamb (2001), examinando vinte quatro artigos publicados desde 1990 acerca da paternidade à distância, encontraram em dez deles, a correlação entre o bem-estar das crianças e o contato com o pai. Em outras dez pesquisas que buscavam averiguar o quão próximo o filho se sente de seu pai, apenas três sugeriam uma associação direta entre a proximidade do pai e o bem-estar do filho. Com isso, para Marsiglio, Amato, Day & Lamb (2001), tanto a freqüência dos encontros, como os sentimentos que os filhos nutrem por seus pais não podem ser correlacionados com o desenvolvimento da criança. Afirmam também que os contatos entre pais e filhos que não residem na mesma casa, tendem a ser voltados ao lazer, não contribuindo, de forma positiva, para o desenvolvimento dos filhos.

Como (e porque) pais não-residentes se distanciam de seus filhos, é uma questão de vital importância para o entendimento do impacto do divórcio nos cuidados infantis. Parte da explicação vem da impossibilidade (consciente ou não) de apoiar o filho e parte, da inabilidade em manter relações com ex-parceiros. Para Stewart (1999), os pais que não residem mais com seus filhos deparam-se com questões emocionais, além das dificuldades cotidianas que complicam, no contato diário com as crianças. Para esta autora, parece haver dificuldade do pai não-residente em se envolver e se fazer presente, na rotina de seus filhos. Esse afastamento também pode ser conseqüência do padrão de

sucessão conjugal, no qual o pai biológico vai exercer o papel de pai social em outra família, reforçando a idéia de que os laços biológicos estão cedendo lugar aos laços sociais.

Gostaríamos de acrescentar que, além do relacionamento estabelecido entre pais e filhos, outros aspectos também devem ser considerados para que se possa contextualizar a situação de cada família específica. Por que o casal resolveu se separar? Será que a separação também não pode trazer um grande alívio para problemas enfrentados pelos membros daquela família? Ao olharmos por essa ótica, veremos que, muitas vezes, a separação traz satisfação e felicidade para os pais, que poderão servir de exemplo aos seus filhos: eles também podem buscar relacionamentos felizes e satisfatórios!

O contato entre o pai que não mora mais em casa e seu filho nos parece a única forma de manter e reforçar o vínculo entre ambos. O relacionamento precisa ser alimentado e a criança ter o seu lugar assegurado e respeitado. Almeida, Wethington & McDonald (2001) afirmam que o relacionamento entre pai e filho é bem mais forte, quando ambos se encontram, freqüentemente. E, a continuidade desses encontros proporciona ao pai a capacidade de impor disciplina ao filho. Eggebeen & Knoester, (2001) apontam para as mudanças culturais e sociais que vêm privilegiando e enaltecendo a participação do pai na vida de seus filhos. Sugerem que, hoje, estejamos presenciando um movimento em torno de uma “paternagem” (Eggebeen & Knoester, 2001:381), muito distinta da forma como o pai era visto, em outros tempos. Para estes autores, quando um homem se torna pai, o seu comportamento tende a mudar. Muitas vezes reduz o uso de drogas, bebidas alcoólicas e execução de esportes perigosos, ao mesmo tempo em que aumenta a sua preocupação com a saúde e a segurança. Com isso, a paternidade pode tornar o homem mais responsável.

White & Gilbreth (2001) realizaram entrevistas com 189 adolescentes que têm o pai biológico vivo e que moram com a mãe e o padrasto. Essas entrevistas fornecem dados importantes no que diz respeito ao relacionamento entre o adolescente e sua mãe, pai e padrasto. O resultado mostra uma

associação positiva, na qualidade do relacionamento com os padrastos. Já o relacionamento entre o filho e o pai biológico aparece de forma um pouco menos consistente, porém, também traz benefícios ao desenvolvimento do adolescente. Manter um bom relacionamento, tanto com o pai biológico, como com o padrasto, de acordo com a pesquisa, estão associados ao bem-estar e ao desenvolvimento saudável dos filhos.

Outros pesquisadores (Smock & Manning, 1997), examinando os efeitos da relação do pai biológico que não possui a guarda dos filhos e o pagamento da pensão para os filhos, encontraram uma correlação consistente, entre o suporte financeiro e a qualidade do relacionamento entre ambos. Para esses autores, o pagamento da pensão aos filhos é crucial para seu bem-estar, estando associado, também, aos encontros estabelecidos entre pais e filhos.

De acordo com Shapiro & Lambert (1999), os pais divorciados tendem a ficar mais deprimidos do que aqueles que permanecem casados. Podemos considerar que uma das causas seja o fato de a mulher ficar em casa com os filhos, na maioria das vezes, após a separação, mantendo a estrutura familiar criada pelo casal. Segundo Féres-Carneiro (2001), os homens recasam-se mais rapidamente do que as mulheres. Isto sugere que talvez os homens busquem, através do recasamento, uma nova estrutura familiar.

O principal dado levantado por Shapiro & Lambert (1999) diz respeito à co-residência, ou seja, a guarda compartilhada dos filhos, após a separação dos pais. Para os autores essa situação propicia uma maior qualidade na relação entre o pai e seus filhos. Esse tipo de organização em que o filho possui duas residências parece algo recente, pois como vimos na pesquisa de Furstenberg & Nord (1985), esse arranjo familiar parecia mais uma fantasia exposta pela mídia do que a realidade.

De qualquer maneira, os autores supracitados levantam a possibilidade da guarda compartilhada dos filhos ser uma organização familiar. Vigora, nos dias de hoje, na sociedade norte-americana e, para eles, tanto a co-residência quanto a permanência do casamento são vistos de forma benéfica e positiva, pois mantém

os pais biológicos envolvidos em todos os aspectos da vida de seus filhos. Os autores concluem que não é o divórcio que distancia os pais de seus filhos, mas o fato dos filhos não morarem mais com seus pais. Será que a guarda compartilhada pode constituir um novo arranjo familiar que pode beneficiar a manutenção do vínculo entre os pais e os filhos, após a separação? Acreditamos possível e saudável manter um esquema de guarda compartilhada, quando a criança é um pouco mais velha, por volta dos oito anos de idade. Antes disso, ela precisa de uma rotina que lhe dê referências sobre o seu universo cotidiano.

Por outro lado, os pais que vivem essa situação reportam uma certa ambivalência de sentimentos, variando entre bastante satisfação e muito estresse relacionados à responsabilidade de cuidar sozinhos dos filhos, fato que não ocorria, quando estavam casados.

Todavia, essa organização familiar não parece ocorrer muito em nosso país, pois, na grande maioria dos casos de separação, os filhos ficam com as mães. Gostaríamos de lembrar o livro infantil já citado “Dois de cada” (Cole, 1997). A autora cria uma situação em que os filhos, após promover o “descasamento” de seus pais, colocam a casa abaixo e, no mesmo terreno, constroem duas casas (uma para o pai e outra para a mãe) com uma passagem subterrânea que os permite transitar, livremente, de um lar para o outro. No final, os filhos concluem que é melhor ter os pais felizes, vivendo separados, do que vê-los tristes e brigando juntos. E mais, eles se beneficiam pelo fato de ter tudo em dose dupla.

A família contemporânea parece estar em constante mutação: alguns casais preferem morar em casas separadas, outros são homossexuais com filhos, um grande número de casais já passou por um ou mais casamentos e traz consigo filhos de outras uniões etc. A família se apresenta bastante diversificada, criando as suas verdades e seus parâmetros, através de acertos e erros. Contudo, ela continua viva e revendo os seus valores, aprendendo a receber novos membros, ao mesmo tempo em que se afasta de outros. Cabe a nós aceitá-la, fazendo com

que os filhos nascidos dentro dela sejam acolhidos e amparados, dentro da sua singularidade.

7. PESQUISA DE CAMPO

A idéia de realizar uma pesquisa enfocando a formação e a manutenção do vínculo entre pai e filho, após a separação dos cônjuges, surgiu a partir de leituras sobre a identidade masculina e a paternidade na contemporaneidade. Os papéis exercidos pelos pais e mães vêm sofrendo diversas transformações em nossa sociedade. Frequentemente nos deparamos com debates e questionamentos ora mais, ora menos formais, acerca desse novo pai e de sua inserção na vida de seus filhos.

Conforme mencionamos ao longo deste trabalho, presenciamos inúmeras transformações dentro da família. As separações e os recasamentos implicam em novas formas de se lidar com as dinâmicas familiares. Após a separação, na maioria das vezes, os filhos ficam sob a guarda materna e o pai, por sua vez, perde o contato diário com as crianças. Inseridos neste contexto, propomos uma pesquisa que busque verificar a qualidade do vínculo criado entre pais e filhos, após a ruptura do casal.

Toda complexidade envolvida nesse caso também traz consigo a possibilidade de se criar relações mais flexíveis, à medida em que os sentimentos como frustração, saudade, angústia, tristeza, alegria etc. vão sendo elaborados pelos componentes daquela família. O pai e a mãe podem facilitar ou dificultar a experiência dos filhos, diante da separação. Neste estudo, procuramos verificar também como os pais se relacionam entre si e com seus filhos.

7.1 Metodologia

Para esta pesquisa, optamos pela análise qualitativa que nos propiciou examinar questões concernentes ao cotidiano das famílias que vivenciaram a separação, possibilitando uma tentativa de avaliar as conseqüências do

distanciamento físico entre pais e filhos e se a falta do convívio diário pode provocar um distanciamento afetivo entre ambos. A pesquisa qualitativa visa analisar a ocorrência dos fenômenos e a sua interpretação subjetiva.

De acordo com Siebra (2000), a pesquisa qualitativa está focada nos “comos” e “porquês” dos fenômenos. Através dela procuramos a compreensão, a interpretação e a explicação para determinado fato, respaldados na coleta, análise e interpretação dos dados, sem nos preocuparmos em mensurar as ocorrências, como ocorre no caso da análise quantitativa. A pesquisa qualitativa é bastante utilizada para se compreender fenômenos relacionados a aspectos psicossociais que procuram identificar padrões de comportamento, percepções, valores, motivações, crenças e atitudes.

7.2 Sujeitos

A amostra é composta por oito famílias (pais e mães separados, incluindo os filhos nascidos dentro do casamento), provenientes das camadas sócio-econômicas média e alta da zona sul carioca. Entrevistamos pais e mães, com idades variando de 30 a 48 anos, que possuem um ou mais filhos e estejam separados, há pelo menos dois anos. Os filhos, por sua vez, moram com a mãe, desde a separação, e suas idades variam dos 8 aos 12 anos. Além da idade dos sujeitos, foram obtidos os graus de escolaridade dos filhos e a profissão dos pais. A intenção de realizar as entrevistas com os pais, as mães e os filhos, separadamente, teve como objetivo evitar a influência das respostas de um sobre as dos outros. Assim, foi possível investigar, com maior fidedignidade, a intimidade, a cumplicidade e o vínculo criado entre pais e filhos.

Com relação aos sujeitos escolhidos, gostaríamos de enfatizar que se trata de uma amostra não-probabilística de conveniência, o que faz com que os dados obtidos não possam ser generalizados para a totalidade da população. Dessa forma, tendo em vista o número de entrevistados, ressaltamos que esta pesquisa

é de caráter exploratório. Seus dados são representativos apenas de um pequeno segmento de famílias separadas de classe social média e alta da sociedade do Rio de Janeiro.

A amostra foi bastante homogênea no que diz respeito ao grau de escolaridade dos pais entrevistados: Cinco tinham nível superior completo (um possuía diploma de mestrado), dois finalizaram o ensino médio, ingressaram na universidade, mas não concluíram o curso, e um está cursando a universidade. Das mulheres: seis tinham nível superior completo (uma possuía diploma de doutorado e outra, de mestrado) e apenas uma havia concluído o ensino médio, porém não ingressou na universidade. Do número total de entrevistados três são executivos, três professores, dois psicanalistas, dois profissionais liberais, dois analistas de sistema, um músico, um jornalista, um diretor de televisão e um administrador de empresas. As crianças, por sua vez, estudam em escolas particulares da zona sul do Rio de Janeiro e cursam as séries condizentes com suas faixas etárias.

Para facilitar a compreensão do leitor, optamos por numerar as famílias.

Família 1: Pai 1 – administrador de empresas, 37 anos.

Mãe 1 – executiva, 30 anos.

Filha 1 – estudante, 8 anos.

Duração do casamento: Dois anos e quatro meses.

Tempo de separados: Cinco anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias.

Nenhum dos dois casou-se novamente.

Família 2: Pai 2 – músico, 42 anos.

Mãe 2 – jornalista, 35 anos.

Filha 2 – estudante, 10 anos.

Duração do casamento: Quatro anos e meio.

Tempo de separados: Sete anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias.

O pai casou-se novamente, a mãe não.

Família 3: Pai 3 – professor, 42 anos.

Mãe 3 – professora, 39 anos.

Filha 3 – estudante, 11 anos.

Duração do casamento: Onze anos.

Tempo de separados: Seis anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias, além de duas ou mais vezes na semana.

O pai casou-se novamente, a mãe não.

Família 4: Pai 4 – diretor de televisão, 43 anos.

Mãe 4 – professora, 39 anos.

Filha 4 - estudante, 10 anos.

Duração do casamento: Oito anos.

Tempo de separados: Seis anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com os pais nos finais de semana a cada quinze dias, além de uma ou duas tardes durante a semana.

O pai está recasado e tem outra filha. A mãe não casou-se novamente.

Família 5: Pai 5 – executivo, 48 anos.

Mãe 5 – psicanalista, 44 anos.

Filha 5 – estudante, 9 anos.

Duração do casamento: Nove anos.

Tempo de separados: Cinco anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias, além de um dia na semana. O pai também visita a filha uma noite durante a semana.

Nenhum dos dois casou-se novamente.

Família 6: Pai 6 – profissional liberal, 36 anos.

Mãe 6 – psicanalista, 34 anos.

Filha 6 – estudante, 10 anos.

Duração do casamento: Dois anos e meio.

Tempo de separados: Oito anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias.

O pai está recasado, a mãe não.

Família7: Pai 7 – analista de sistemas, 45 anos.

Mãe 7 – analista de sistemas, 38 anos.

Filha 7 – estudante, 12 anos.

Duração do casamento: Treze anos.

Tempo de separados: Dois anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias.

Nenhum dos dois casou-se novamente.

Família 8: Pai 8 – executivo, 44 anos.

Mãe 8 – profissional liberal, 31 anos.

Filha 8 – estudante, 9 anos.

Duração do casamento: Oito anos.

Tempo de separados: Dois anos.

Organização familiar: A filha mora com a mãe e fica com o pai nos finais de semana a cada quinze dias, além de um dia na semana.

Nenhum dos dois casou-se novamente.

Uma observação de extrema relevância acerca da entrevista com as crianças: todas eram meninas! Gostaríamos de enfatizar essa ocorrência, visto que as respostas posteriores estarão vinculadas às vivências entre pais e filhas, bastante diferente do relacionamento estabelecido entre pais e filhos. Ao longo do processo de seleção das famílias, dois meninos convidados a ser entrevistados não aceitaram, enquanto todas as meninas aceitaram o convite. Talvez os

meninos gostem menos de falar do que as meninas. Todos os 24 entrevistados eram brancos.

7.3 Coleta e análise dos dados

As entrevistas semi-estruturadas tiveram como objetivo investigar a vivência dos pais e de seus filhos, após a separação. Vale ressaltar que, em todas as famílias entrevistadas, a guarda das filhas pertencia às mães. De acordo com esta organização familiar, em que os pais não moravam com suas filhas, buscamos compreender de que maneira se mantém o contato entre pais e filhas, de que forma o vínculo entre eles é alimentado, como um participa da vida do outro, educando, impondo limites etc. Também procuramos verificar se o pai está a par de questões relacionadas à criança, como, por exemplo, se sabe quem é sua melhor amigo, seu lazer predileto, o que a deixa triste, feliz, com medo etc. Com relação à mãe, buscamos apurar de que maneira ela estimula ou não o contato entre o pai e as filhas, após a separação. De acordo com a sua vivência do casamento e da separação, assim como a elaboração em torno das experiências maritais, a mãe pode facilitar ou dificultar os encontros entre o pai e as filhas. Procuramos, de acordo com estas premissas, averiguar o tipo de envolvimento existente entre pais e filhas e entre o pai e a mãe.

Para a coleta e análise dos dados utilizamos entrevistas em profundidade, individuais, semi-estruturadas, realizadas entre os meses de maio a outubro de 2002, em locais escolhidos pelos próprios entrevistados. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas integralmente, com o consentimento dos entrevistados. A sua duração variou de dez minutos, geralmente com as crianças, a uma hora e meia, com os adultos. Foi assegurado o caráter confidencial das entrevistas com o intuito de favorecer a liberdade de expressão dos entrevistados, além de preservar a intimidade dos sujeitos.

A entrevista semi-estruturada nos permitiu um maior aprofundamento acerca do tema investigado, visto que a nossa preocupação era a de descrever e interpretar o comportamento dos pais que não participam da vida cotidiana de seus filhos. Dessa forma, as entrevistas nos possibilitaram apreender a experiência individual de cada sujeito, evitando discursos supostamente dotados de verdades objetivas sobre suas vidas e seus sentimentos. A riqueza da entrevista em profundidade está no seu caráter semi-estruturado: o entrevistador possui um roteiro da entrevista, mas a condução fica a cargo do entrevistado, que precisa sentir-se à vontade para falar.

O material levantado a partir da transcrição das entrevistas foi analisado e discutido, respaldado pela bibliografia existente acerca do assunto. A partir do material obtido, foram criadas categorias de análise e, posteriormente, estabelecidos determinados padrões significativos de respostas. Por se tratar de um estudo exploratório, este tipo de análise torna-se mais adequada, pois permite o surgimento de categorias de análise e padrões de respostas, sem que as conclusões estejam vinculadas à uma hipótese prévia.

7.4 Análise de discurso

Apresentaremos neste segmento as categorias de análise surgidas, a partir das entrevistas. São elas: o impacto da separação; a relação entre o pai e a mãe; “a presença do ausente” (o quão participante torna-se o pai, após a separação); a percepção de pai e mãe sobre atitudes e comportamentos da filha; educação e limites; o que é ser pai e o que é ser mãe; a paternidade, a maternidade e suas conseqüências; e o ponto de vista dos interessados: depoimento das crianças.

7.4.1 O impacto da separação

Das oito famílias entrevistadas, constatamos, na fala da mãe e do pai de quatro famílias, a afirmação de que parece mais fácil se separar, quando o filho ainda é pequeno (as idades variavam de um ano e meio a quatro anos na época da separação). Mesmo assim, uma dessas crianças, quando começou a falar, perguntava diversas vezes à mãe o porquê dela e o pai não morarem mais juntos, em uma tentativa de elaborar, a seu modo, a separação deles.

“Eles me contaram quando eu era pequena, mas eu não entendi nada porque eu era muito pequena. Quando eu cresci um pouco e vi que os meus pais não estavam mais morando juntos, eu perguntei por que eles não estavam casados e eles me explicaram. A minha mãe já me contou mil vezes a mesma história. Ela me contou que eles não estavam mais com amor de marido e mulher. Eles gostam de ser amigos, mas não namorados.” (Filha 6)

Três meninas disseram não se lembrar de nada da época da separação. Tinham de um a três anos de idade.

“Eu não me lembro da separação dos meus pais porque eu era muito pequena. Eu tinha uns três anos. Depois, eu perguntei e eles me explicaram. Eu levei *numa boa*, não fiquei grilada com nada.” (Filha 4)

Uma outra mãe que se separou, quando a filha tinha mais ou menos quatro anos de idade, disse que o processo de elaboração da menina durou quase um ano. No total, em cinco relatos, notamos que, à medida em que a criança crescia e via outras amigas com os pais casados, surgiam questionamentos acerca da situação de seus pais. Em contrapartida, ao notarem outras amigas na mesma situação, ou seja, com pais separados, a compreensão de sua realidade se tornava mais fácil. Parece que, através da identificação com outras crianças, a sensação de se viver uma realidade muito diferente dos outros pode ser atenuada. À medida em que o divórcio vem sendo uma prática cada vez mais comum em

nossa sociedade, os filhos de pais separados podem se identificar com outras crianças na mesma situação e se sentir mais acolhidos.

“Depois ela começou a nos questionar sobre a separação e eu acho que só agora ela entende melhor, também devido a outros colegas na escola que têm os pais separados. Eu acho que foi uma elaboração dura para ela.” (Mãe 5)

Duas mães e seus respectivos ex-maridos comentaram que a separação acentuou um pouco o lado introspectivo de suas filhas: ficaram mais fechadas. Uma outra mãe disse achar a filha tímida, antes de sua separação, e que ela precisa insistir bastante para a menina falar sobre os seus problemas e medos. Todavia, em nenhum caso foi relatado o surgimento de problemas cognitivos, afetivos ou de sociabilidade das crianças relacionados à separação de seus pais.

“Ela sempre foi muito tímida, muito fechada e a separação acirrou esse comportamento. Às vezes, ela fica muito introspectiva, em seu mundo.” (Pai 2)

A tristeza e o sofrimento apareceram na fala de cinco meninas. Porém, o acolhimento e a possibilidade de conversarem sobre essa nova situação familiar com os pais parece auxiliar na compreensão e elaboração das crianças, no que diz respeito ao processo da separação.

“Eu fiquei triste e chorei, mas depois eu entendi. Entendi que eles não estavam mais felizes juntos e que, se continuassem assim, não seria bom.” (Filha 8)

“Fiquei muito triste no início, mas eles sempre conversaram comigo. Quando eu fui ficando mais velha, fui me adaptando melhor.” (Filha 2)

Em três famílias esse processo se deu de forma lenta, ou seja, o pai freqüentava bastante a casa da filha, no momento posterior à separação. As três mães relataram que os pais visitavam as meninas, quase todos os dias,

propiciando uma separação paulatina entre os dois. Esse procedimento, de acordo com as mães, foi benéfico às crianças.

“Logo que a gente se separou, ele vinha freqüentemente ver as crianças. Vinha dia sim, dia não. O contato era bem grande mesmo. Os vizinhos nem sabiam que a gente tinha se separado. Ele vinha no meu fim de semana e nós almoçávamos todos juntos. Com o passar do tempo, as visitas foram diminuindo.” (Mãe 7)

“Eu acho que ela não teve grandes traumas. Até porque, quando a gente se separou, ele ia quase todo dia lá em casa. A coisa foi muito diluída e eu acho que foi tranqüilo, de certa forma.” (Mãe 4)

Duas crianças disseram gostar de fazer programas com o pai e a mãe juntos, o que ocorre, de vez em quando. Esse desejo de “programas a três” apareceu também no discurso de um pai e de uma mãe (que não eram os pais das crianças mencionadas). Também observamos que os pais e as mães de seis famílias convivem em eventos, como festas juninas e apresentações de fim-de-ano de atividades extra-curriculares e escolares das filhas.

“A partir do momento em que elas começaram a prestar mais atenção ao mundo externo e viram que muitos amigos da escola têm os pais morando juntos, elas começaram a perguntar porque eu e a mãe delas estávamos separados. Elas começaram a manifestar uma satisfação muito grande, quando nós saíamos todos juntos. Elas ficam radiantes. Elas adoram desfrutar da companhia do pai e da mãe ao mesmo tempo.” (Pai 1)

Embora circunscrita a um ambiente saudável, no qual as crianças são acolhidas, os pais entrevistados mantêm um bom relacionamento e o processo de separação foi realizado de forma amena. Todavia, uma separação envolve, na maioria das vezes, sofrimento, além da frustração relacionada ao suposto “fracasso” do casal.

“Todo mundo ficou abalado. É muito difícil porque a sociedade vende um pacote que você vai ficar casada para sempre e, como não é para sempre, parece que tem algo de esquisito

com você. Parece que você fracassou. Quando eu ouço alguém dizendo que o meu casamento não deu certo, eu respondo que deu certo durante onze anos e que nós temos uma filha maravilhosa. Parece que os sucessos são para a quantidade e não para a qualidade. Eu acho que só sabe, quem tem a coragem de se separar. Só entende, quem passa por essa situação.” (Mãe 3)

“Eu acho que esse modelo de pai, mãe e filho está introjetado em todos nós. Às vezes, sinto que fracassei por não ter mais esse modelo. As mais cruéis a te lembrarem do fracasso são as mulheres. Eu sinto algo do tipo: Olha como a minha família é completa e a sua não.” (Mãe 3)

Ficar triste, precisar de um tempo para elaborar a perda do convívio diário com o pai e desejar que os pais continuassem casados, tudo parece extremamente natural. Podemos pensar que um dos fatores mais importantes no momento da separação, visto que ela é compreendida a longo prazo, é a forma como é abordada pelos pais e de que maneira a criança é acolhida em seu sofrimento e em seu questionamento, acerca dessa nova realidade.

“A gente explicou para ela na época. Acabou sendo um trabalho a longo prazo porque, aos poucos, a gente ia explicando. Eu acho que foi um processo menos doloroso porque ela já foi crescendo, vendo os pais separados. Hoje em dia, ela assimilou bem a situação. Eu acho que ela gosta de ter duas casas.” (Pai 4)

7.4.2 A relação entre o pai e a mãe

O bom relacionamento entre os pais apareceu, colaborando com a tranquilidade e segurança dos filhos. Encontramos no relato de seis famílias, a afirmação de que o relacionamento entre o pai e a mãe é “ótimo”, “super bom” e “somos amigos”. A forma como eles se comunicam, se respeitam e se admiram parece proporcionar um ambiente saudável e satisfatório a todos.

“Pela minha experiência pessoal, eu acho que você pode continuar sendo uma família, mesmo que o pai e a mãe não se amem mais como homem e mulher. Não é uma família dentro

dos modelos convencionais, é um outro formato. Quando você consegue ser menos egoísta e pensar mais no filho, você procura manter uma relação civilizada com o pai e todos saem lucrando. Eu acho que a diferença para a saúde dos filhos vai depender se os pais os colocam no fogo cruzado das brigas deles ou não. A diferença está em como as pessoas se separam. Eu acredito que é possível manter um elo entre o pai e a mãe procurando o bem-estar dos filhos. Com isso eles sofrem menos.” (Mãe 8)

“Uma separação nunca é uma coisa suave, mas a nossa relação de separados sempre foi muito madura e vem melhorando cada vez mais. Eu tenho liberdade na casa delas. Ela (a ex-esposa) sabe que isso é muito importante para a nossa filha, então acho que a nossa relação é muito saudável. Tem muitas famílias dentro do padrão, mas que não passam um clima bom para os filhos. Nós nos respeitamos e temos uma relação transparente. Só não tem o afeto e o carinho de homem e mulher porque nós não estamos mais casados.” (Pai 4)

“A gente tem uma relação de amizade, respeito e admiração. A mãe é a melhor amiga da minha filha e por conta disso a gente também é amigo. É impossível não ter uma relação de admiração, respeito e carinho quando a nossa filha tem pelos dois.” (Pai 6)

As outras duas famílias disseram que o pai e a mãe mantém um “bom relacionamento”. Em três famílias, a questão financeira apareceu como um fator que complica o relacionamento entre os ex-cônjuges, gerando alguns conflitos.

“Nós temos as nossas rixas em função de coisas que discordamos, mas acho que nos damos razoavelmente bem. A gente não tem aquelas brigas que interferem no trato com a nossa filha. Noventa por cento das nossas discussões são por causa do dinheiro. A gente não tem uma relação de amigos, mas temos uma relação amigável.” (Mãe 2)

Um dado surgido no relato de todos os entrevistados, girou em torno da flexibilidade dos finais de semana. Parece haver um diálogo entre os pais que os possibilita combinar a questão dos finais de semana, da maneira mais adequada para todos. Tal atitude, colabora para o fortalecimento do vínculo entre os membros da família que podem resolver questões de ordem prática, visando o benefício de todos.

“Hoje em dia não temos uma regra específica. Logo após à separação, era tudo muito complicado, mas agora as coisas foram-se arrumando e nós temos bastante flexibilidade para lidar com isso. Ela mesma (a filha) se organiza. Se ela fica alguns finais de semana seguidos com a mãe, ela combina que vai ficar alguns finais de semana seguidos comigo.” (Pai 2)

Em uma família, apareceu a diferença social entre os pais como fator que dificulta o entendimento entre eles. A mãe possui uma situação financeira bem mais tranqüila do que o pai. Essa questão foi abordada por ambos, ao longo das entrevistas.

“A gente (o pai e a mãe) têm uma diferença social muito grande. Além dessa diferença, também temos maneiras distintas de encarar a vida. Ela nunca teve dificuldades na vida. Tudo veio sempre muito fácil a ela. Eu venho de uma família humilde e precisei batalhar por tudo que tenho hoje.” (Pai 1)

Nas oito famílias entrevistadas, cinco mulheres casaram-se grávidas. Este fato deve ser levado em conta. Será que os casamentos foram efetuados de maneira apressada e os cônjuges não se conheciam o bastante? Será que a chegada do primeiro filho também não ajudou a “bagunçar”, ainda mais, uma estrutura em vias de construção? Talvez sim, talvez não. Em muitas famílias, o mesmo pode ocorrer e o casal manter, ou até mesmo, melhorar, o relacionamento.

Das oito mulheres, três comentaram que foram mães bem novas, até os 23 anos. Outra observação interessante diz respeito ao estado civil atual dos sujeitos entrevistados. Das oito mães, quatro tinham namorados, quatro não mantinham um relacionamento e nenhuma havia recasado, na época das entrevistas. Dos oito pais, dois tinham namoradas, dois estavam solteiros e quatro recasados, sendo que um possuía um filho do novo casamento e outro, um enteado. A partir desses dados, podemos refletir acerca do conceito de “pirâmide da solidão”, da demógrafa Elza Berquó (1989). Afirma ela ser muito mais fácil para os homens constituírem novas uniões, enquanto que para as mulheres vai ficando cada vez mais complicado encontrar um parceiro, a partir dos 30 anos.

Os números do IBGE mostram que as mulheres se casam mais cedo do que os homens, mas são eles que conseguem manter altas taxas de nupcialidade, ao longo da vida. Nas faixas etárias mais elevadas, há muito mais homens casados do que mulheres, pois eles se casam com mulheres da mesma idade ou bem mais novas. Os homens também morrem mais cedo, deixando um grande número de viúvas. Além disso, as mulheres, por sua vez, casam-se com homens da sua idade ou mais velhos, o que faz com que o homem olhe para a base da pirâmide, que é mais larga, e a mulher para o topo, que é mais estreito. O relatório do Censo 2000 aponta a dificuldade das mulheres com mais de 35 anos de se casarem novamente.

7.4.3 A “presença do ausente” (o quão participante torna-se o pai, após a separação)

Neste item, procuramos investigar a quantidade de tempo que o pai fica com a filha durante a semana, quantas vezes, em média, ele telefona para ela e se a mãe e a criança estão ou não satisfeitas com a inserção do pai em suas vidas.

Com relação aos finais de semana, embora tenhamos dito anteriormente que existe uma flexibilidade em torno dessa questão, as respostas de todos os entrevistados faziam referência a encontros, de quinze em quinze dias com as filhas. No entanto, esses encontros podem ou não ser consecutivos, ou seja, o pai fica dois finais de semana seguidos com a filha e, nos outros dois, ela fica com a mãe. Ainda dentro dessa dinâmica de encontros, cinco mães se mostraram satisfeitas com a presença do pai na vida das filhas. Em quatro famílias, além do esquema estabelecido, os pais encontram as meninas pelo menos uma vez durante a semana. Três filhas dormem uma noite por semana na casa de seus pais e uma dorme, pelo menos, duas noites por semana. Estes quatro pais também telefonam para elas todos os dias.

“Nós temos uma guarda muito compartilhada da nossa filha. Ele vem aqui em casa, almoça, estuda e, às vezes, a leva para as suas atividades fora da escola. Ela dorme na casa dele duas noites durante a semana e, nos fins-de-semana, nós combinamos o que é melhor para todos. Ele é um pai meio mãe.” (Mãe 3)

“Eu fico com ela três dias (sexta, sábado e domingo), de quinze em quinze dias, e a vejo uma ou duas tardes por semana. Eu acho que a quantidade não fica muito afetada porque a qualidade do nosso tempo, juntos, é muito *legal*. Eu não consigo ficar mais de quatro dias sem vê-la, nem que seja *dar um pulo rápido* para um beijo.” (Pai 4)

“Ele a vê bastante porque é um pai super presente. Nas terças, ele passa lá em casa para vê-la. Nas quintas, ela janta e dorme na casa dele e, quando é o fim de semana dele, ela já emenda até o domingo.” (Mãe 5)

Nas outras três famílias, as mães demonstraram algum grau de insatisfação, geralmente ligado ao pouco tempo de contato existente entre os pais e suas filhas. Estes pais as encontram, na maioria das vezes, de quinze em quinze dias e não telefonam para elas todos os dias. Mesmo demonstrando alguma insatisfação em relação à quantidade de tempo que o pai passa com sua filha, duas mães afirmaram ter os pais um vínculo afetivo forte com as meninas. Este fato foi confirmado pelo discurso infantil. Vale ressaltar que, destas três mães, duas tinham queixas em relação ao pagamento da pensão às filhas.

“Eu acho que essa “visita” que ele faz aos filhos, uma noite na semana, não chega nem perto do que é o contato do dia-a-dia. Eu acho que a figura masculina faz falta. Ele perde os momentos do cotidiano dos filhos.” (Mãe 7)

“Eu acho que ele era mais presente, quando nós estávamos juntos; ele trocava fralda e dava mamadeira para elas. Com a separação, ele passou a pegá-las, de quinze em quinze dias. Eu gostaria que ele fizesse programas com elas durante a semana. Ele também telefona pouco para elas. Eu acho que ele pensa que é só, de quinze em quinze dias que ele tem filhas.” (Mãe 1)

Um fato bastante curioso é que, muito embora essas mães reclamem da pouca presença paterna, tanto as filhas dessas famílias, como as das outras disseram adorar o pai, além de gostar de ir para a casa dele e de ter um quarto lá. Este fato também foi confirmado pelo discurso materno. Podemos assim, levantar a possibilidade de o lugar do pai estar assegurado por algo que vai além da sua constante presença física. Esse pai pode estar sendo ou não idealizado pela menina, que precisará desse olhar masculino para “treinar” a sua feminilidade. Podemos pensar na importância do investimento paterno em sua filha, possibilitando-a, no futuro, a buscar relações com o sexo masculino nas quais se sinta valorizada, amada e acolhida. Devemos lembrar novamente que todas as oito crianças entrevistadas eram meninas.

“Ela é completamente apaixonada por ele. Quando ele abre a porta, ela pula nos braços dele, agarra, dá beijo e se esquece da vida. Ela sempre babou pelo pai e ele adora ela. Os dois têm uma ligação muito forte.” (Mãe 4)

“Eu sei que eles têm um relacionamento muito especial e carinhoso entre. Ele a adora e ela também. Quando ela vai para a casa dele, não quer voltar. Eles têm o maior chamego um com o outro.” (Mãe 6)

Também observamos, através do discurso de uma mãe e de um pai, uma certa dificuldade de duas filhas em expressar as suas queixas aos pais. Podemos supor que a existência de encontros espaçados entre pai e filha corrobore com essa postura das meninas.

“Às vezes, ela (a filha) amadurece uma história na cabeça e tem dificuldade em me falar. Nessas horas, eu pergunto até ela falar. Eu acho que com a mãe isso flui mais naturalmente porque não convivo tanto assim com ela. Eu sinto que ela me ama e demonstra isso, mas, às vezes, também noto um distanciamento pelo fato de não estarmos sempre juntos. Eu acho que, às vezes, ela não quer me magoar. Eu procuro ficar atento a isso e sempre peço para ela falar o que quiser. Sou eu quem precisa saber administrar essas coisas. Ela precisa ter a liberdade para falar comigo. Eu sinto que já melhorou.” (Pai 6)

“Expressar mesmo as raivas e chateações ela só faz comigo. Um dia, ele precisou desmarcar um encontro deles e ela ficou com raiva, mas não falou nada para o pai. Ela não consegue reclamar e nem dizer que está chateada com ele.” (Mãe 4)

7.4.4 A percepção do pai e da mãe sobre as atitudes e comportamentos das filhas

Neste segmento, procuramos, partindo de perguntas objetivas referentes ao lazer predileto da filha, a sua melhor amiga e ao seu programa de TV preferidos, verificar se havia uma compatibilidade entre as falas dos pais e das filhas. Para tal, entrevistamos os três (pai, mãe e filha) separadamente. Questões como “o que a deixa feliz, triste e com medo”, suscitaram ora respostas objetivas, ora subjetivas. Encontramos seis famílias que acertaram, tanto o pai como a mãe, a maioria das respostas referentes às atitudes e comportamentos das filhas. Como eram seis perguntas, partimos do pressuposto que os pais mais participativos na vida de suas filhas deveriam acertar mais da metade das perguntas. Das oito famílias entrevistadas, seis pais e mães acertaram mais do que três perguntas. Uma família acertou três perguntas e outra, menos do que três.

Gostaríamos de ressaltar que esse modo de aferir se os pais estão ou não a par da vida de seus filhos é apenas uma tentativa de verificarmos a coerência dos discursos emitidos pelos membros de uma mesma família. Não se trata de uma medida exata reducionista, e sim um dado a mais que nos possibilitou refletir acerca do envolvimento existente entre os pais e suas filhas. Em alguns momentos notamos, por exemplo, que o fato da criança conviver, separadamente, com o pai e com a mãe, acarretará diferentes percepções dos pais, no que diz respeito ao lazer e ao programa de TV favoritos. Sem dúvida, um pai que privilegia o contato com a natureza irá proporcionar à filha atividades que colaborem para o surgimento de tal interesse na vida da criança.

“Com a minha mãe eu gosto de ir para a piscina e ao cinema. Com o meu pai eu gosto de escalar e de andar a cavalo. E com os dois, eu gosto de passear, de ir ao Jardim Botânico e ao Jardim Zoológico.” (Filha 6)

Perguntas referentes ao que deixava a filha feliz ou triste suscitou, em alguns pais, respostas mais elaboradas, enquanto que, para as crianças, geralmente, as respostas eram bastante objetivas.

“Ela (a filha) gosta, quando estamos todos juntos. Eu acho que nós poderíamos fazer mais programas a três. Algumas vezes, ela também fica irritada com isso porque sabe que é bom, mas acaba. Ela fica triste porque não tem outros irmãos.” (Mãe 3)

A filha, ao ser questionada sobre o que a deixava feliz e triste respondeu.

“Gosto de viajar, entrar de férias, tirar notas altas e me divertir. Não gosto quando eu brigo com alguém.” (Filha 3)

Podemos refletir, partindo dessas respostas, acerca das projeções feitas entre os componentes de uma família. Parece muito difícil separar quais questões são pertinentes à mãe, ao pai e à filha, visto que os filhos são inseridos no discurso dos pais através das expectativas criadas em torno deles, desde antes de seu nascimento.

Uma resposta onipresente nos discursos das filhas foi o fato de todas sentirem medo de assalto e da violência da cidade grande. Três crianças relataram que, além desses medos, também não gostam de escuro.

Os programas de TV também suscitaram uma curiosidade. Cinco pais erraram o programa favorito das filhas na TV e o restante, acertou. Dois pais disseram não assistir televisão, quando estão com as filhas, preferindo fazer outros programas, visto que o tempo passado juntos é limitado.

No discurso de duas famílias constatamos que a mãe acertou o que deixa a filha triste, errando sobre aquilo que a deixa feliz. Já o pai acertou o que deixa

a filha feliz, errando sobre o que a deixa triste. Com base nessas respostas, podemos conjecturar sobre a possível limitação do papel do pai, que aparece proporcionando momentos felizes, enquanto a mãe fica com a responsabilidade de educar e dar limites, entrando em confronto com as crianças. A mãe, por manter mais contato e, conseqüentemente, desenvolver uma relação mais íntima com a filha, pode perceber mais as alterações de humor.

De acordo com o critério estabelecido para verificar a participação do pai na vida de sua filha, podemos concluir que estamos diante de uma amostra de sujeitos que demonstram interesse e participação na rotina das crianças. Perceberam e souberam nomear os medos, alegrias, lazer predileto e, melhores amigos. Além do diálogo e participação na vida das meninas, esses pais dialogam com suas ex-esposas, contribuindo para que eles fiquem a par da vida das crianças, conversando sobre os problemas, motivações, desejos e angústias relacionados às filhas.

7.4.5 Educação e limites

Com relação à educação, as respostas foram bastante homogêneas: é a mãe quem educa. Convivendo diariamente com a filha, a educação fica mesmo por sua conta, visto que educar envolve uma rotina e uma proximidade física. Em todas as famílias existe diálogo entre os pais no que diz respeito à educação e à maneira de impor limites às filhas. Essa troca os coloca a par dos assuntos cotidianos relacionados às meninas. No entanto, colocar limites, organizar, planejar, delegar funções, supervisionar e organizar os horários ficam a cargo da mãe.

“Com relação à educação, ele não participa efetivamente. Da forma como ele participa, eu não considero que seja educação. Ele concorda como eu educo. Tipo assina embaixo. Eu faço e ele me dá apoio.” (Mãe 4)

“Eu gostaria de contribuir mais, mas como ela não mora comigo, fica à cargo da mãe. Quando a minha filha está comigo, eu quero que os momentos sejam os mais agradáveis possíveis. Mas eu preciso manter os limites que a mãe dá em casa.” (Pai 4)

“Sou eu quem educo, com certeza. Eu acho que o pai passa os seus valores, através de conversas, quando eles estão juntos. O *grosso* da educação e dos limites quem dá sou eu. Eu procuro colocar limites conversando e explicando porque eu acho isso ou aquilo.” (Mãe 6)

As mães de duas famílias disseram que, apesar de educarem, “a voz do pai é mais forte” e que, por isso, ele é prontamente atendido.

“Educar é no dia a dia, e isso fica comigo mesma. Eu sou mais frouxa para dar limites e acho que a voz do homem é mais forte e eles obedecem com mais facilidade.” (Mãe 7)

“A educação do dia a dia fica por minha conta, o que eu acho bom. Ele tem mais dificuldades de colocar limites e de dizer não, mas ele entra em cena para resolver problemas maiores, menos corriqueiros. Como ele está com ela no fim de semana, quer aproveitar e não dizer muitos “nãos”. Mas, os “nãos” dele são enérgicos e ela obedece na hora.” (Mãe 8)

Das oito famílias entrevistadas, somente uma mãe relatou sentir-se sobrecarregada pelo fato de ter que educar sozinha os filhos.

“Esse é o lado complicado. É o que eu sinto mais falta com a separação porque a educação fica toda comigo. Ele não está aqui para participar. Eu fico com a responsabilidade pela educação, em tempo integral.” (Mãe 7)

Podemos considerar que a tarefa de educar está circunscrita ao universo feminino, como algo absolutamente natural, além de estar respaldado pela questão de gênero em nossa sociedade.

Todos os oito pais entrevistados disseram educar e colocar limites através da conversa.

“Eu converso muito com ela (a filha). Hoje em dia, ela tem me perguntado muito sobre drogas, por causa da novela das oito e eu tenho sido muito franco com ela em relação a esse assunto. Eu acho que quanto mais honesto e verdadeiro, melhor.” (Pai 2)

Um pai declarou que ele e a mãe são um pouco permissivos, fato confirmado na entrevista da mãe. Dois pais falaram que, embora compartilhem com a mãe a educação das filhas, têm uma postura um pouco mais liberal.

“Eu e a mãe sempre concordamos em educar, de uma maneira bem alinhada. Não existem opiniões divergentes sobre esse assunto. No entanto, a mãe briga mais com elas, dá mais duro. Eu dou mais liberdade, mas elas sabem como eu sou porque, quando passam do limite, eu dou uma chamada e elas me obedecem.” (Pai 8)

De acordo com o conteúdo das entrevistas, percebemos uma interação entre os pais no que tange à educação das filhas. Observamos também uma preocupação de pais e mães em estabelecerem limites de maneira integrada. Todavia, a educação parece ser dada pela mãe e confirmada pelo pai.

7.4.6 O que é ser pai, o que é ser mãe

A pergunta “O que é ser pai?” tinha como objetivo verificar a compreensão masculina acerca do papel paterno em nossa sociedade. Os relatos masculinos abarcaram questões referentes à participação efetiva na vida das filhas, assim como a possibilidade do pai ser uma referência na vida delas, pela troca de experiências.

“Ser pai é o dia a dia, é trocar coisas com o filho, saber como ele está, ir às reuniões da escola, participar da vida do filho. Eu acho que a mãe também. Essa idéia de pai como provedor e a mãe como aquela que cuida já mudou. Hoje, os dois cuidam e são provedores também.” (Pai 5)

“Eu acho que tem que ser aquela referência que vai permitir que ele tenha a melhor formação sobre o ponto de vista acadêmico, psicológico, afetivo etc. Também tem o aspecto da responsabilidade. Eu tenho certeza de que o meu filho vai ser muito do que eu conseguir passar para ele: os valores, a convivência.” (Pai 1)

Em outros relatos, apareceu a capacidade de se doar, pensar no outro e ser generoso. Notamos também um discurso sobre a mudança desse papel paterno que, estimulado socialmente, pode sair do lugar ocupado em tempos primevos. O pai era visto como uma figura distante, incapaz de criar laços afetivos com os seus familiares.

“Ser pai é pensar mais nela do que em mim. É dar muito amor. Eu acho que só pode ser pai quem aprende a se doar, a ser generoso.” (Pai 3)

“É ser um amigo. Acho que ser pai, na minha época, não é mais o que é ser pai, hoje. Aquele pai autoritário, que determina as regras, saiu de cena. Eu acredito muito mais no pai que fala da sua experiência, que dialoga com os filhos, mas que não impõe um caminho a ser seguido. Esse pai de hoje mostra os caminhos. Eu quero que a minha filha me questione, até para ela criar a sua própria opinião sobre as coisas.” (Pai 2)

No que tange à figura do pai, parece que não podemos mais falar em um modelo hegemônico calcado no autoritarismo. Ele está em busca e em permanente transformação, criando novos paradigmas e maneiras de se relacionar com seus filhos. A capacidade de amar e de entrar em contato com os sentimentos também aparece no discurso do pai. Ele vibra com as conquistas e sofre com os dissabores de seus filhos.

“Eu sou louco pelas minhas filhas. Eu gosto muito de criança e tenho a maior facilidade de lidar com elas. Eu sou um ótimo pai; dedicado e muito feliz com as minhas filhas.” (Pai 4)

“Ser pai é pensar mais nela (na filha) do que em mim. É algo que eu não faço normalmente com os outros. Eu estou ligado na minha filha, o tempo todo. Eu penso nela todos os dias. Eu a amo muito e tenho o maior orgulho de tê-la como filha.” (Pai 6)

Quanto às respostas referentes ao “que é ser mãe?”, prevaleceu, em cinco das oito mães entrevistadas, a resposta “amor incondicional”. Todas as mulheres falaram sobre ser mãe no contexto da emoção e dos sentimentos. O amor materno e o mundo das emoções continuam plenamente inseridos no universo feminino.

“Esse é o amor mais gratificante, mais gostoso, mais sofrido porque você tem medo de morrer e deixar o filho sozinho, ou medo do filho morrer. É o único amor incondicional. É a melhor coisa da minha vida.” (Mãe 3)

“É o sentimento mais forte que você pode ter por uma pessoa. Só sabe quem vive essa experiência. É um amor incondicional. Eu acho que, com os filhos, o principal é fazer as coisas com amor e transparência.” (Mãe 8)

“É cuidar, estar presente nos momentos necessários e amar incondicionalmente.” (Mãe 5)

“É poder olhar para outra pessoa com outras necessidades. É um amor incondicional. Eles são as pessoas mais importantes da minha vida. Eu não me imagino sem filhos.” (Mãe 7)

Três mães também falaram à respeito dos cuidados com a educação e da importância em se “mostrar um caminho” às suas filhas.

“Ser mãe para mim é cuidar, tomar conta, educar. É a melhor coisa da minha vida. Mãe, no meu entendimento, é um veículo, porque você deve preparar essa pessoa para conviver nesse mundo, com valores, deixando que o filho busque a sua independência.” (Mãe 4)

“Ser mãe é tentar mostrar um caminho, respeitando o espaço e a individualidade do filho. Nós temos um relacionamento muito especial, com muitas trocas e muito amor. Ela me ensina muitas coisas.” (Mãe 6)

Duas mães relataram que a maternidade trouxe um amadurecimento. E outras duas mães disseram que o amadurecimento veio com a separação.

“É engraçado! Antes da separação eu me via uma mãe meio distante. Eu não tinha paciência para as coisas de criança. Eu era imatura. Eu acho que outras pessoas até que foram mães mais novas do que eu, têm uma relação mais madura com isso. A minha demorou um pouquinho para engrenar nessa coisa de mãe mesmo. Eu acho que, quando me separei, a relação com a minha filha foi ficando cada vez mais forte.” (Mãe 2)

“Eu cresci muito profissionalmente e também como pessoa. Eu acho que a separação me ajudou muito a crescer.” (Mãe 3)

Em resumo, observamos que o papel do pai e da mãe se encontram entrelaçados na sociedade contemporânea. A partir dos relatos, notamos os pais expressando carinho e construindo um vínculo afetivo com suas filhas, além de demonstrar interesse nas questões cotidianas das meninas. Já as mães, imbuídas do seu “instinto materno”, também estão preocupadas em educar, auxiliar na formação da sua individualidade, mostrando valores às filhas.

7.4.7 A paternidade, a maternidade e suas conseqüências

O discurso dos pais entrevistados mesclou referências a questões sentimentais e às relativas à responsabilidade, além da necessidade de se fazer planos para o futuro e de passar valores às filhas. Quatro pais abordaram a paternidade no âmbito sentimental, valorizando o amor entre eles e a felicidade que as filhas lhes proporcionavam.

“Quando você é pai, aprende a se doar. A paternidade só me trouxe alegrias. Você é capaz de fazer qualquer coisa, qualquer sacrifício, para ver o seu filho feliz. É um amor incondicional.” (Pai 2)

“A paternidade acurou a minha sensibilidade e a forma de lidar com as pessoas e com as crianças. Quando a gente tem um filho, muda o olhar para o mundo. Você passa a ter cuidado

com essa relação que vai ser para o resto da vida. Esse cuidado se estende a outras áreas da sua vida. É, acho que a gente fica mais sensível.” (Pai 4)

Conforme assinalado na metodologia, os sujeitos formam uma amostra não-probabilística de conveniência, ou seja, os dados colhidos não são passíveis de generalização para a totalidade dos pais, em nossa sociedade. Todavia, podemos observar, em comum, no discurso dos entrevistados, uma tentativa em se construir um vínculo afetivo com suas filhas.

Os outros quatro pais entrevistados abordaram a questão da paternidade como um processo de amadurecimento, envolvendo maior responsabilidade, perpassando a importância de se organizar e fincar raízes transmitir valores às filhas.

“A paternidade me tornou mais responsável, aprendi a planejar e a programar melhor as coisas. Eu quero oferecer valores e cultura para a minha filha.” (Pai 6)

“A paternidade mudou tudo. Eu finquei minhas raízes e me tornei uma pessoa mais responsável e faço questão de ter uma vida super organizada.” (Pai 8)

Com relação à maternidade, encontramos no discurso de quatro mães a afirmação de se terem tornado mais responsáveis e preocupadas com a chegada das filhas. Em quatro relatos, também disseram que a maternidade havia mudado tudo em suas vidas.

“Eu me tornei uma pessoa mais responsável no sentido de pensar mais no que eu faço, tirando as consequências. Você precisa transmitir coisas para o seu filho. Eu fiquei mais preocupada, mais angustiada e com mais cabelos brancos. Tem também o fato de ser a ligação mais forte que você pode ter com um ser humano.” (Mãe 5)

“Mudam as prioridades, o seu olhar em relação ao mundo e os seus valores. Você passa a ser mais responsável, amadurece e passa a ter medo de que algo aconteça com você, já que a filha depende de você.” (Mãe 4)

Observamos, através dos relatos dos pais e das mães sobre “o que é ser pai/mãe?” e “as mudanças ocorridas com a paternidade/maternidade”, que há um intercâmbio de funções paterna e materna em nossa sociedade. Os homens não são os únicos provedores da família e nem tampouco os únicos a se preocupar com a formação da personalidade de suas filhas. Tanto os homens como as mulheres citaram o aumento da responsabilidade, da maturidade e das preocupações no que diz respeito aos cuidados com as filhas. O contato com o mundo das emoções e dos afetos também esteve presente nos discursos femininos e masculinos, permitindo-lhes, através do exercício da paternidade e da maternidade, vivenciar inúmeros sentimentos. O amor incondicional apareceu na fala dos pais e das mães, dando respaldo à construção do vínculo afetivo, mesmo no caso da paternidade à distância.

7.4.8 O ponto de vista dos interessados: o discurso das crianças

Todas as meninas entrevistadas moram com a mãe e disseram gostar de ir para a casa de seus pais. Mostraram-se bastante afetuosas com relação aos pais, além de ter um quarto próprio na casa deles. Porém, ao ser questionadas como se sentem pelo fato de ter duas casas, nem todas demonstraram gostar da situação. Cinco disseram gostar de ir para a casa do pai porque têm dois quartos, além de coisas diferentes em ambas as casas.

“É tudo bem. É legal porque eu tenho dois quartos e porque eles (os pais) são amigos.”
(Filha 3)

“Eu adoro porque eu gosto das coisas que eu tenho lá. Quando eu estou lá, eu brinco com a minha irmã e vou à pracinha. Quando eu estou aqui, eu passeio com as minhas amigas.”
(Filha 4)

As outras três meninas disseram ser “legal, de vez em quando”.

“Ter duas casas, às vezes é bom, mas, às vezes, é ruim. Às vezes eles (os pais) trocam os finais de semana e eu fico confusa. Mas é bom porque eu faço programas diferentes.” (Filha 7)

“Eu acho que tudo mudou, mas não é tão chato ter duas casas. Quando eu estou na casa do meu pai, eu posso fazer coisas que eu não posso, quando estou na casa da minha mãe.” (Filha 8)

“É meio triste, às vezes, mas, às vezes, é legal. Eu tenho dois lugares para passear. Eu gosto dos programas de lá e dos programas daqui, mas, quando eu estou lá, eu não posso estar aqui.” (Filha 6)

Essa fala nos remeteu à poesia de Cecília Meireles, “Ou isto ou aquilo”, apresentada na epígrafe deste trabalho. Certamente, não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo e os filhos de pais separados aprendem isso desde cedo. Contudo, também aprendem a lidar com a frustração, visto que a separação dos pais nunca é algo desejado pelos filhos. A vontade da criança, de ter o pai e a mãe morando juntos, apareceu na fala de alguns pais, mães e filhas, ao longo das entrevistas.

“Eu me lembro de uma conversa que tivemos (o pai e a filha) alguns meses depois da separação, em que ela perguntou porque nós havíamos nos separado. Eu respondi que tinha sido melhor para mim e para a mãe dela. E ela disse: Mas não foi melhor para mim!” (Pai 5)

“Quando começou o movimento de você me entrevistar, eu senti que ela (a filha) ficou meio triste. Eu perguntei se ela queria conversar e falei que o pai dela já estava casado novamente. Ela me disse: Eu sei, mas é claro que eu queria que vocês ainda estivessem casados. Eu disse que nem sempre as coisas são como a gente quer. Eu acho que a criança aprende a ser forte, a lidar com essa frustração e acaba amadurecendo por conta disso.” (Mãe 3)

Talvez, um dos aspectos mais importantes em relação à separação dos pais seja a forma como a criança é acolhida e como possa expressar os seus desejos, medos, inseguranças e fantasias. Durante as entrevistas com as famílias,

também notamos o quão importante é para a criança que seus pais tenham um bom relacionamento entre si.

“Na separação, nós pensamos muito nas nossas filhas. Eu diria que foi um fator fundamental, e que por isso ela não ficou mal. Eu acho que elas são crianças felizes e alegres. A separação não afetou em função de uma harmonia que eu e a mãe dela sempre conseguimos manter.” (Pai 8)

Todas as oito filhas nomearam a família, ao ser questionadas sobre as pessoas de que mais gostam. Geralmente diziam gostar mais do pai e da mãe (não necessariamente nessa ordem), além dos familiares como avós e tios, seguidos das amigas.

Na pergunta “Com quem você conversa quando está triste?”, quatro meninas disseram conversar mais com a mãe, pelo fato de morarem com ela. Três falaram que conversam com o pai ou com a mãe e uma disse conversar com o seu animal de estimação!

“Quando eu estou triste, como eu convivo mais com a minha mãe, eu converso com ela. Às vezes, eu também falo com o meu pai.” (Filha 2)

“Geralmente, é com a mamãe porque eu estou mais com ela. Quando eu estou com o papai, eu converso com ele.” (Filha 6)

8. CONCLUSÃO

Como vimos ao longo desta dissertação, a família contemporânea apresenta-se multiforme e em permanente transformação. Ela vem-se reformulando, à medida em que novas formas de relacionamentos vão surgindo. Inserida na sociedade, é sempre perpassada pelos valores morais, éticos, culturais, econômicos, sociais e políticos de sua época. Como a história da família não é linear, estamos diante de um percurso repleto de rupturas e continuidades. Até mesmo a noção de casamento e divórcio encontram-se intrinsecamente ligados a cada época específica. O que poderia ser inadmissível em um dado momento, posteriormente, pode ser aceito e absorvido em nossa sociedade.

A modernidade inaugurou na família a possibilidade de relacionamentos mais íntimos e afetuosos. Em seguida, a entrada das mulheres no mercado de trabalho as inseriu no domínio público. Hoje em dia, homens e mulheres são provedores de seus lares e precisam conciliar também os cuidados com os filhos, promovendo uma reformulação nas funções materna e paterna.

Atualmente, presenciamos, em muitos casos, no que tange à paternidade, a valorização da presença do pai na vida de seu filho. Podemos vislumbrar o surgimento de uma nova concepção de paternidade, que incorpora valores bastante distintos daqueles da época de nossos avós.

Com a separação e o recasamento, novas dinâmicas familiares precisam ser organizadas para garantir o bem-estar dos filhos. Assim, este trabalho se propôs verificar como os pais separados constroem e mantêm o vínculo afetivo com seus filhos.

As entrevistas realizadas com os pais, as mães e as filhas se mostraram uma fonte valiosa de informação, e acreditamos que não teria sido possível realizar este estudo sem elas. A análise de discurso das entrevistas revelou dados

muito interessantes acerca do relacionamento entre o pai e a mãe e entre eles e suas filhas, sobre o impacto que a separação teve sobre os componentes da família e de como foi estabelecida a nova dinâmica familiar. No entanto, é preciso ressaltar, mais uma vez, que nossa pesquisa representa apenas um pequeno segmento de famílias separadas pertencentes às classes média e alta da zona sul do Rio de Janeiro. Com isso, os dados obtidos não são passíveis de generalizações para a sociedade como um todo.

Em nossa pesquisa, constatamos que todos os pais se encontram com suas filhas pelo menos um final de semana a cada quinze dias. Alguns pais se organizam para manter algum tipo de contato com as crianças também durante a semana. Ao enfocarmos a quantidade dos encontros com o pai, talvez possamos concluir que os intervalos entre eles colaborem para a existência de algumas dificuldades quanto à possibilidade da criança expressar as suas raivas, angústias e medos. O aspecto da intimidade relacionado ao convívio diário parece ser algo mais compartilhado com a mãe do que com o pai. Durante a entrevista com um pai e uma mãe, de famílias diferentes, foi mencionado que duas crianças sentem uma certa dificuldade em expressar raiva e aborrecimentos com a figura paterna. Talvez não se sintam completamente à vontade para falar sobre angústias e raivas, deixando para abordar tais sentimentos com a mãe.

Podemos conjecturar também que a questão da educação e dos limites fique bem mais limitada à mãe do que ao pai, visto que eles, por estar menos com as filhas, não queiram entrar em confrontos ou discussões com elas. Todavia, embora o tempo e a distância sejam aspectos mais complexos e delicados nesta relação pai-filha, encontramos no discurso paterno o desejo em manter o vínculo com as crianças. Os sujeitos da pesquisa demonstraram engajamento nas questões relacionadas à vida de suas filhas, fazendo-nos crer ser viável uma proximidade entre pais e filhas. Também observamos pelos relatos que, em períodos de férias escolares e feriados, em seis famílias o pai fica mais tempo (de uma semana a um mês consecutivos) com as crianças.

Averiguamos que todas as filhas possuíam um quarto na casa de seus pais, além de roupas e objetos pessoais.

Observamos a ocorrência de uma dinâmica específica, logo após a separação, em que o pai visita constantemente a filha, seguido de um período no qual as visitas não ocorrem tão freqüentemente. Esta dinâmica ocorreu em três das oito famílias entrevistadas.

Outro dado interessante diz respeito à habilidade das filhas em lidar com a separação e a sua complexidade. As crianças, ao perceber seus pais mantendo o laço afetivo com elas, aprendem a lidar com a situação. As filhas entrevistadas expressaram-se de maneira transparente e clara, demonstrando compreensão e adaptação à nova realidade. O discurso das crianças foi bastante positivo sobre o fato de gostarem de ir para a casa dos pais e todas se mostraram muito afetuosas com eles. Todavia, três das oito meninas disseram que ter duas casas “às vezes, é legal, mas, às vezes, é chato”.

Verificou-se em nossa pesquisa uma comunicação bastante eficaz entre os pais. O relacionamento entre eles foi mencionado como “ótimo” em seis famílias e “bom” em outras duas. Todos os pais e mães disseram dialogar acerca das questões relacionadas às filhas. De acordo com King & Heard (1999), o relacionamento entre os pais precisa ser considerado, quando pensamos no bem-estar das crianças. A mãe demonstra satisfação, quando o pai dá apoio emocional e divide com ela as responsabilidades em relação aos filhos. Segundo estes autores, a maneira como os pais interagem entre si e com os filhos, é de suma importância para a criança. A análise das entrevistas nos permitiu comprovar a intrínseca relação entre o bom entendimento dos pais e a tranquilidade e segurança das filhas. Nas duas famílias que relataram manter um relacionamento “bom” entre os pais, percebemos algumas queixas, por parte da mãe, em relação ao pagamento da pensão às filhas. Para King & Heard (1999), a insatisfação materna, no que tange à questão financeira pode, em alguns casos, deixar a criança exposta a essa situação. Em duas famílias, percebemos uma preocupação das filhas em torno da situação financeira. As meninas ficavam tristes quando os

pais tinham alguma discussão sobre dinheiro. Para Smock & Manning (1997), quando o pai ajuda financeiramente seu filho, ele tende a participar mais da vida da criança.

No que diz respeito ao impacto da separação, quatro famílias afirmaram ser mais fácil a separação, quando os filhos são pequenos (de um a quatro anos de idade). Não sabemos, no entanto, se é mais fácil para os pais ou para os filhos, visto que uma criança muito nova não se expressa verbalmente como uma um pouco mais velha. Não encontramos outras pesquisas que comprovem esta opinião.

O período de elaboração sobre a separação dos pais também trouxe sofrimento vivenciado por cinco meninas, além de acentuar um certo retraimento, comportamento notado em duas filhas. Não encontramos em outras pesquisas dados relacionando separação dos pais e aumento da timidez dos filhos. Algumas mães relataram igualmente que o fato de outras amigas passarem pela mesma situação, colabora para a adaptação à nova realidade. Harris (1998) afirma que o meio-ambiente, no qual a criança está inserida, é fundamental na formação de sua personalidade. Dessa forma, as meninas, pela identificação com outras, sentem-se parte de um grupo, ou seja, são amparadas socialmente por ele.

Encontramos, em consonância com os artigos de Furstenberg & Nord (1985) e Marsiglio, Amato, Day & Lamb (2001), que o contato estabelecido entre pais e filhos tende a ser voltado mais ao lazer, limitando bastante o papel do pai. Em nossa pesquisa, das oito famílias entrevistadas, apenas em três o pai estudava com as filhas. Com isso, percebemos uma predominância de contatos mais “festivos” do que “educativos”. Outra maneira de se participar da vida dos filhos é levá-lo ao médico, às atividades extra-curriculares etc. Essa proximidade entre pais e filhos, conforme ressaltado por Fein (1978), tem um aspecto extremamente positivo quanto ao desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças.

Na categoria que investigou a percepção dos pais acerca das atitudes e comportamentos das filhas, dos oito pais entrevistados, seis acertaram mais do que a metade das perguntas, o que nos faz presumir que estão a par da vida das crianças. Em duas famílias, as mães acertaram o que deixa a filha triste enquanto os pais acertaram o que a deixa feliz. Podemos levantar a hipótese de que o pai, por não estar em contato permanente com a filha, tende a proporcionar momentos agradáveis, enquanto que a mãe, por compartilhar o dia-a-dia com a criança, fica com a responsabilidade de educar e colocar limites. Com relação à educação, as respostas foram unânimes: É a mãe quem educa. O pai procura manter os limites impostos pela mãe.

Para Jablonski (1998), a passagem da atitude ao comportamento, tanto na esfera da paternidade quanto na da identidade masculina, tende a ocorrer lentamente. Invocar a participação efetiva dos pais é um primeiro passo em direção à “paternidade responsável” (Jablonski, 1999: 62). No entanto, não podemos nos esquecer que, até bem pouco tempo atrás, os pais eram menos participativos na vida de seus filhos e isso não lhes era cobrado. Atualmente, a sociedade, as mulheres e os próprios filhos exigem que ele “arregace as mangas e coloque a mão na massa”.

Das oito famílias entrevistadas, cinco mães e seus respectivos ex-maridos afirmaram que ele era presente e participativo na vida das meninas, além de dar-lhes suporte emocional. Uma mãe diz que “o relacionamento entre ela e o pai é bom porque ele é super presente”. Esses dados acerca da satisfação materna e o bem-estar dos filhos aparecem na pesquisa de King & Nord (1999). Nas outras três famílias, as mães disseram que o pai poderia ser mais presente, ou seja, telefonar mais vezes e fazer visitas à filha, durante a semana.

Na categoria que investigava a paternidade, observamos um discurso masculino voltado à expressão das emoções, da capacidade de se doar e entrar em contato com os sentimentos, além de um discurso relativo à responsabilidade, à participação efetiva e à necessidade de passar valores às filhas. A partir destas entrevistas, percebemos um investimento paterno que

propicia um ambiente seguro para a construção e manutenção do vínculo afetivo entre pais e filhas.

Este aspecto corrobora com a opinião de Corneau (1995), visto que, através da intimidade e da interação, pode-se criar um vínculo afetivo entre pai e filho. Para Almeida, Wethington & McDonald (2001), vivenciando a paternidade, o homem tem a possibilidade de entrar em contato com suas emoções. Estes dados apareceram em quatro entrevistas masculinas. O homem, segundo os autores supracitados, exercendo a paternidade, aprende a dar suporte emocional ao filho, construindo com ele um vínculo afetivo.

Diante de tudo que foi dito até agora, fica o questionamento: A distância afasta ou não os pais de seus filhos? Percebemos em nossa amostra, a capacidade das famílias em se organizar em prol do bem-estar de seus filhos. Cada dinâmica familiar é única e vai ser formulada através de inúmeros aspectos objetivos e subjetivos pertinentes aos seus componentes.

Apuramos, ao longo deste trabalho, a necessidade da criança em se sentir segura e acolhida em seu ambiente familiar. Em contrapartida, o que poderia gerar sentimentos de insegurança seria a constante exposição aos conflitos parentais, além da imprevisibilidade dos pais em torno das questões práticas da vida da criança, ou seja, não saber para que casa vai, quem vai buscá-la na escola etc.

Observamos nas entrevistas, a habilidade das crianças em adaptar-se às situações. Elas pareciam receptivas aos novos membros da família: novas esposas do pai, meio-irmãos, irmãos por parte do pai e namorados da mãe. A transparência do discurso infantil também foi hegemônico e nos possibilitou perceber o sofrimento e a sua elaboração. Todas as oito meninas entrevistadas demonstraram ter um laço afetivo com seus pais. Referiram-se a eles de maneira bastante carinhosa, gostando do convívio paterno. Parece haver uma preocupação dos pais em torno da construção e manutenção do vínculo afetivo com suas filhas, que, por sua vez, demonstraram, bastante receptividade ao relacionamento com o pai.

As mães enriqueceram a discussão porque trouxeram um outro olhar à relação do pai com a filha. Todas as mulheres entrevistadas pareciam estimular o contato entre pai e filha. Cinco mães afirmaram que os pais são presentes na vida das meninas, e as outras três, embora não tenham dito que eles são ausentes, gostariam de vê-los participando mais.

Os pais demonstraram muito amor ao falar de suas filhas. Embora o convívio não seja diário, a grande maioria parecia interessado em participar da vida das meninas. Como mensurar quantidade e qualidade? Podemos sugerir que a qualidade do relacionamento pode ficar abalado, quando a quantidade de tempo não é suficiente. No entanto, como mensurar o tempo suficiente? Nesta amostra particular de sujeitos, verificamos a existência de um diálogo entre o pai e a mãe e entre ambos com suas filhas. Talvez, ao sentir-se acolhida pelo pai e pela mãe, a criança possa ir aos poucos verbalizando os seus medos, fantasias e inseguranças. Talvez o lugar ocupado pelo pai seja assegurado pelo filho por algo que vai além da presença constante. Elaborar esta conclusão nos suscitou muitos questionamentos, por se tratar de um tema muito abrangente e emocionante.

Outro aspecto que não pode ser esquecido diz respeito ao intercâmbio existente no exercício das funções materna e paterna. Como vimos no discurso de alguns homens e mulheres, ao longo das entrevistas, atualmente, o pai e a mãe mesclam, cada vez mais, seus papéis, sendo igualmente responsáveis pelos cuidados, bem-estar e provisão das questões materiais de seus filhos.

O tema da paternidade está na ordem do dia. Cada vez mais discute-se, dentro e fora do âmbito acadêmico, acerca da identidade masculina e da “nova paternidade”. A mídia impressa e a eletrônica também retratam e estimulam o relacionamento entre pais e filhos, como jamais vimos antes. Além das reportagens citadas ao longo desta dissertação, podemos mencionar filmes como “Central do Brasil”, “A vida é bela”, “Billy Elliot”, “Os excêntricos Tennenbauns”, entre muitos outros, que abordam o tema da paternidade. Esse “novo pai” vem sendo estimulado socialmente a participar da vida de seu filho,

auxiliando na construção de sua identidade, ao mesmo tempo em que experimenta uma troca de afetos com ele. Conforme afirmamos anteriormente, a paternidade oferece ao homem a possibilidade de aprender a lidar e a expressar as suas emoções. Este movimento que estamos presenciando pode ocorrer de forma lenta, mas sem dúvida já começou.